



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Proliferação cultural em zonas rurais portuguesas através de *networking* e redes sociais

Francisca Gonçalves Prazeres

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientador:

Doutor Tiago Lapa, Professor Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutor José Soares da Silva Neves, Investigador integrado e Professor Auxiliar Convidado
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2021



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

Proliferação cultural em zonas rurais portuguesas através de *networking* e redes sociais

Francisca Gonçalves Prazeres

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientador:

Doutor Tiago Lapa, Professor Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutor José Soares da Silva Neves, Investigador integrado e Professor Auxiliar Convidado
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2021

Agradecimentos

Chegada à reta final deste processo longo, não posso deixar de agradecer aqueles que ajudaram a tornar isto possível. Em primeiro lugar agradeço ao ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, por me ter proporcionado aprendizagens essenciais que de certeza me irão acompanhar ao longo dos anos. Neste âmbito, agradeço também o apoio fundamental dos meus orientadores, Professor Tiago Lapa e Professor José Neves por todas as dúvidas esclarecidas e palavras de motivação. Por último agradeço também à professora Madalena Ramos que foi imprescindível neste processo e se mostrou sempre disponível para me esclarecer todas as dúvidas.

Agradeço à minha família, do fundo do coração, por me terem proporcionado esta educação e por me apoiarem sempre a todos os níveis. Obrigada pelo amor incondicional e por me ajudarem sempre a querer ser melhor. Sem eles nada disto seria possível e, portanto, um obrigado certamente fica aquém da minha gratidão.

Às minhas amigas, por todas as conversas e por todo o carinho nesta fase.

E por último, um agradecimento especial ao Nuno, por ser o meu porto seguro, pelo apoio e amor.

Resumo

A presente dissertação procura analisar os hábitos culturais da população residente em zonas rurais, especificamente, nas freguesias do concelho de Ourém, refletindo sobre a oferta cultural e o seu impacto na vida dos residentes. É um tema pertinente por explorar temáticas como a descentralização cultural e a participação cultural no panorama português e europeu, através da análise de políticas culturais e da observação de dados de uma população residente num meio rural. Para este estudo é realizado um mapeamento cultural do concelho que ajuda na observação da vertente cultural da zona estudada e também, analisado um inquérito feito a uma amostra da população residente. A investigação prende-se também numa vertente digital para entender de que modo o *networking* e as redes sociais *online* poderão ser uma ferramenta aliada a uma maior propagação de atividades culturais. Neste contexto, conseguimos compreender como a democratização cultural é um conceito que no século XXI ainda precisa de ser desenvolvido para que seja crescente a realização de atividades culturais e consequentemente, a formação de públicos culturais. É possível constatar que as redes sociais *online*, o *networking* e a crescente aposta na democratização e descentralização cultural são o elemento-chave para uma maior participação cultural.

Palavras-chave

Cultura; Democratização cultural; Descentralização cultural; Políticas culturais; Públicos da cultura; Atividades culturais; Redes sociais.

Abstract

This dissertation seeks to analyze the cultural habits of the population residing in rural areas, specifically, in the parishes of Ourém, reflecting on the cultural offer and its impact on the lives of its residents. It is relevant to explore themes such as cultural decentralization and cultural participation in the Portuguese and European panorama, through the analysis of cultural policies and the observation of data from a group of people living in a rural environment. Hence a cultural mapping of the municipality is carried out, which helps in the observation of the cultural aspect of the studied area, as well as a survey of a sample of the population. The research also focuses on digital aspects in order to understand how networking and social networks could become useful tools for a greater spread of cultural activities. In this context, we are able to understand how cultural democratization is a concept that, in the 21st century, still needs to be developed so that the number of cultural activities and, consequently, the formation of cultural audiences can grow. It is possible to see that social networks, networking and the growing commitment to cultural democratization and decentralization are the key elements for a greater cultural participation.

Key-words

Culture; Cultural democratization; Cultural decentralization; Cultural policy; Culture audiences; Cultural activities; Social network.

|

Índice

<i>Agradecimentos</i>	<i>iii</i>
<i>Resumo</i>	<i>v</i>
<i>Abstract</i>	<i>vii</i>
<i>Introdução</i>	<i>1</i>
<i>Capítulo 1</i>	<i>5</i>
<i>Políticas Públicas e Culturais</i>	<i>5</i>
1.1 Uma definição do conceito “Cultura”	<i>5</i>
1.2 O papel das políticas culturais	<i>7</i>
1.3 Descentralização e poder local	<i>12</i>
<i>Públicos da Cultura</i>	<i>14</i>
1.1 Democratização cultural	<i>14</i>
1.2 Formação de públicos da cultura	<i>15</i>
1.3 Networking e Redes Sociais	<i>17</i>
1.4 COVID-19 no setor cultural	<i>19</i>
<i>Capítulo 2</i>	<i>21</i>
Metodologia	<i>21</i>
<i>Capítulo 3</i>	<i>23</i>
<i>Resultados</i>	<i>23</i>
3.1 Concelho de Ourém	<i>23</i>
3.2 Mapeamento das atividades culturais de Ourém	<i>24</i>
3.3 Análise do inquérito e discussão dos resultados	<i>26</i>
<i>Conclusões</i>	<i>39</i>
<i>Fontes</i>	<i>41</i>
<i>Referências Bibliográficas</i>	<i>42</i>
<i>Webgrafia</i>	<i>44</i>
<i>Anexos</i>	<i>45</i>
Anexo A	<i>45</i>
Anexo B	<i>45</i>

Anexo C.....46

Anexo D.....47

Anexo E.....47

Anexo F.....49

Anexo G.....54

Anexo H.....58

Anexo I.....60

Anexo J.....70

Anexo K.....71

Anexo L.....74

Introdução

“(...) a cultura não é um luxo de privilegiados, mas uma necessidade fundamental de todos os homens e de todas as comunidades. A cultura não existe para enfeitar a vida mas sim para a transformar – para que o homem possa construir e construir-se em consciência, em verdade e liberdade e em justiça (...)” (Sophia de Mello Breyner, 1975: 1153)

O sistema cultural português sempre funcionou de maneira desigual, com bastantes assimetrias, se compararmos a zona urbana à rural do país (Baltazar et al. 2017). A produção e a distribuição de cultura, está mais presente na primeira zona, respetivamente, não só porque uma maior aglomeração de pessoas aí reside, mas também por vários fatores económicos e sociais da sua população que permitem um desenvolvimento cultural mais desenvolvido. Neste contexto, a importância da cultura numa sociedade têm sido ponto assente para o seu progresso. Fomentar a mesma, não só a nível central, mas também a nível local é um desafio que no século XXI, embora esteja muito mais desenvolvido, continua presente.

Algumas perspetivas apontam para uma tendência de crescimento a nível local e uma valorização do património (Craveiro, 2011:51 *apud* Mateus, 2010), pelo que uma das questões a colocar deve ser feita acerca da possível existência de um investimento desigual por categoria cultural de atividades culturais. As categorias culturais, segundo Costa (2002:101) são divididas em quatro: (1) o núcleo das indústrias criativas, ou seja, toda a área audiovisual, como o cinema, os média, a música que, seguindo uma lógica de mercado, se desenvolve através de uma difusão, distribuição e receção desses produtos culturais; (2) a cultura “cultivada”, “institucionalizada” ou “legitimada” relacionadas com as artes performativas e visuais, de que são exemplo os museus, a ópera e o teatro; (3) a cultura popular baseada em formas de socialização, isto é, atividades que se relacionam com expressões culturais de minorias e de grupos independentes da indústria cultural que se manifestam progressivamente em centros urbanos. Por último, (4) a preservação e valorização de uma herança cultural ou de identidade, onde as atividades são focadas na preservação da memória de um local e da sua cultura identitária através da sua gastronomia, monumentos, tradições, etc. De facto, estas categorias de atividades culturais presentes nacionalmente ganham mais terreno à medida que o tempo passa, no entanto, o investimento em cada uma delas poderá ser distinto. No que toca às atividades da categoria (2), estas têm tendência para se localizar em grandes centros urbanos, embora as políticas de descentralização impostas tenham demonstrado um crescimento da oferta cultural a nível local. Contudo, o elevado custo de distribuição desse tipo de “alta-cultura” ajuda a reforçar as assimetrias sentidas territorialmente (Costa 2002:102). Até 1974, Portugal era regido sob um regime salazarista e apenas depois da aniquilação dessa ditadura a cultura ganhou uma nova dimensão, destacando o seu papel importante na sociedade e, naturalmente, à implementação de políticas culturais. Desde 1976, até hoje, mantém-se no artigo 73.º da Constituição da República Portuguesa que a cultura e a educação são um direito de todos. Reforçando ainda,

O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais. (Artigo 73º da Constituição da República Portuguesa).

Na realidade existem muitas características distintas que fazem com que haja uma menor propensão à cultura, condicionantes essas que se prendem, maioritariamente, pelo estatuto socioeconómico dos públicos, como a que classe pertencem, qual o seu nível de instrução e ainda qual a geração a que pertencem (Conde, 1998:2). Sendo assim, a pergunta de partida deste estudo é: A perceção que os residentes de Ourém têm face à oferta cultural existente no concelho reflete a oferta realmente disponibilizada? Na medida em que as atividades culturais fazem parte do quotidiano das sociedades, é essencial entender como funcionam e como se poderá ajudar à sua expansão. A predominação destas atividades faz-se sentir a uma maior escala nos meios citadinos (Craveiro, 2011:51 *apud* Costa, 2002), visto serem locais com mais densidade populacional bem como, o facto de serem possuidores de infraestruturas que permitam a sua realização. Desta forma, as zonas rurais acabam por se cingir a menos eventos ao longo do ano, sem grande diversificação, comparativamente aos grandes polos, como por exemplo, Lisboa e Porto, onde a distribuição de equipamentos e organizações culturais está mais presente havendo um contraste na promoção da cultura (Garcia et al, 2016:9), pelo que é indispensável procurar saber como fomentar a ação cultural nestas zonas. Em suma, a presente dissertação foca-se na compreensão dos hábitos culturais dos habitantes de Ourém, tendo em conta a sua perceção perante a oferta cultural disponibilizada, ligando-se à vertente tecnológica associada à sociedade atual, nomeadamente no desígnio das redes sociais e *networking* existente.

Surge este estudo com o objetivo de abordar e entender os hábitos culturais da população residente no concelho de Ourém, bem como, compreender formas de propagar a oferta de atividades culturais no concelho e o acesso às mesmas. Procedeu-se a um mapeamento da oferta cultural do concelho de Ourém, ou seja, enumerou-se os eventos ocorridos, os equipamentos culturais existentes e os agentes coletivos presentes, de forma a ser possível ter uma visão sobre a dimensão cultural desta zona. O começo desta jornada foi despertado ao refletir, sobre a oferta de eventos culturais em zonas rurais portuguesas. Escolhi cingir-me apenas ao concelho de Ourém visto ser um concelho com o qual tenho afinidade, conhecimento e interesse. A outro nível, um dos motivos que me levou a debruçar sobre o concelho de Ourém foi a curiosidade sobre os diversos desafios que os concelhos, fora dos grandes centros urbanos, enfrentam quanto ao envolvimento cultural da população. Inicialmente, o tema surgiu por conversas informais com amigos sobre as atividades existentes nas aldeias onde residíamos, sobre as suas infraestruturas, eventos e iniciativas criativas/artísticas. Através de uma observação exploratória sobre o concelho de Ourém, que tal como Quivy e Campenhoudt (2005:155) referem é uma etapa que se desenvolve entre a construção de conceitos e a formulação de hipóteses, começou a abordagem a este tema.

A visão que tínhamos era apenas a de eventos não laicos, visto Fátima ser uma das freguesias mais reconhecida do concelho, ou de festividades em honra dos santos de cada freguesia, salvo raras exceções.

Assim sendo, a partida para esta temática começou por ser desbravada para que se pudesse compreender a realidade cultural presente no concelho, os seus equipamentos, os seus habitantes e a visão geral dos mesmos sobre este ponto. Compreender as várias formas existentes de proliferação cultural e o seu impacto na vida em sociedade são, sem dúvida, os objetivos finais, desta dissertação.

Capítulo 1

Políticas Públicas e Culturais

1.1 Uma definição do conceito “Cultura”

Importa, antes de mais nada, definir o que é a cultura. Ao longo da história da civilização humana muitas foram as formas de vivência exercidas, e em toda a sua evolução, sempre esteve presente algo que tem vindo a ser definido de múltiplas formas ao longo dos anos - a cultura. Mas o que é a cultura em si? Se analisarmos este conceito sob uma perspetiva antropológica, entendemos que esta está presente no quotidiano de cada pessoa, seja através de eventos, seja através dos costumes e valores que se vão transmitindo entre indivíduos. No campo da antropologia, Edward B. Tylor avança com uma definição genérica considerando que a cultura da civilização, no seu âmago, são as capacidades adquiridas pelo Homem enquanto membro de uma sociedade. Estas constituem-se por “knowledge, belief, art, morals, law, custom (...)” (Tylor, 2016:21).

Outrora, o termo ‘cultura’ foi associado ao conceito de ‘civilização’. De acordo com Elias (1990), por volta do século XVIII, a ‘civilização’ apresentava um significado diferente - de um lado os franceses e ingleses e do outro, os alemães. A visão francesa e inglesa sobre ‘civilização’ consistia no progresso feito até essa altura, marcado pelo processo de passagem de uma sociedade primitiva para uma sociedade desenvolvida, com seres humanos mais avançados, com maneiras e estilos de vida mais educados. Era tido em conta o comportamento de cada um (as suas maneiras em determinados contextos, as suas roupas, forma de falar; a chamada etiqueta) sem que se analisasse os feitos e realizações individuais noutros níveis. Enquanto que para os alemães, apesar de valorizarem o mesmo, consideravam-no apenas como uma aparência externa. A palavra escolhida pelo povo germânico é ‘*kultur*’. Esta palavra representa a relevância dada ao que o indivíduo produz e não apenas ao seu valor inerente, tendo em conta um sentido intelectual e artístico. No entanto a palavra ‘*kultiviert*’ que significa cultivado, está mais relacionada com o conceito de civilização e, desta forma, começou a discussão entre cultura popular e cultura erudita. A partir do século XVIII, a sociedade sofreu várias mudanças a nível social, sendo marcada por correntes iluministas e revolucionárias, que passaram a ter o Homem como um ser capaz de criar e pensar. Ao haver um movimento intelectual desta dimensão, a população, especialmente a que ocupava o topo da pirâmide, começou a ter mais cuidados, não só com a sua forma de falar e agir, mas também com o seu intelecto. Isto significa que a civilização representava um ideal de elite, de uma cultura erudita. E a cultura popular, o povo. A noção de cultura, como tem sido explanado neste enquadramento, é um conceito que retrata vários campos e procura representar o ser humano e as suas práticas através do que já existe. Tal como expõe Arnold, a cultura é um estudo de perfeição,

(...) and perfection which consists in becoming something rather than in having something, in an inward condition of the mind and spirit, (...), instead of being the frivolous and useless (...) has a very important function to fulfil for mankind” (Arnold, 2006:37).

Num sentido lato, “a cultura abrange as práticas simbólicas do homem, os *modos de*, os códigos estruturados da conduta” (Moura, 2002 *apud* Silva, 2004). É, no entanto, difícil haver uma definição unânime quanto ao que cultura significa - essa noção, atualmente, é arduamente singular (Santos, 1988:689).

De acordo com Bourdieu (2014:16), o nosso mundo foi marcado por três épocas culturais. A primeira, nasce pelo seguimento das ideias já antes proclamadas por ancestrais. Heterónoma e não-laica, assinala-se pela reprodução análoga dos modelos de antepassados e pela passagem de geração em geração dos processos culturais. A segunda época, é considerada um momento de revolução por prosseguir valores de igualdade e liberdade. É um período autónomo no qual todas as áreas se começam a desenvolver conforme as suas necessidades e não consoante as tradições existentes. Passou-se de uma sociedade eclesiástica para uma sociedade laica. A última, a que estamos a viver agora, é apelidada pelo autor, como a época da hipermodernidade, isto é, uma fase que dá mais importância, até excessivamente, ao presente do que ao passado e/ou futuro. É regida pelo individualismo, consumismo e principalmente, pelo foco na economia da produção cultural. Estamos perante uma hipercultura que converge todos os tipos e oposições de cultura “(alta cultura/ baixa cultura, cultura antropológica/cultura estética e cultura material/cultura ideológica (...) a cultura tecnocientífica, a cultura de mercado, a cultura do indivíduo, a cultura mediática, a cultura das redes e a cultura ecológica)” numa só.

Numa outra instância, Melo refere,

(...) as relações entre o mundo da arte e a política cultural dependem da conjuntura política-ideológica e do tipo de efeitos e de imagem cultural que o Estado prioritariamente quer produzir junto da opinião pública nacional ou internacional (Melo, 2012:27).

Isto é, a cultura pode ser vista com perspetivas diferentes consoante o cenário em que se apresenta. Conforme é sabido, Portugal não consta na lista dos países mais ricos da Europa, encontrando-se mais especificamente, na posição de quarto mais baixo dos países europeus com um PIB per capita em conformidade ao poder de compra de 77%, mais baixo ainda que 2019, de 79% (Eurostat, 2021). Como tal, a cultura, no sentido artístico, nem sempre é vista como um bem essencial aos olhos da população, tal como relata,

Em períodos de conjuntura recessiva, negativa, a cultura pode ser fácil e rapidamente sacrificada e mesmo transformada em bode expiatório (...), servindo propósitos conservadores e moralizantes contra os devaneios supérfluos e a boémia viciosa dos artistas (Melo, 2012:27).

Isto ajuda a que o país foque o seu investimento noutras áreas, menosprezando a área cultural. A área cultural ainda é vista como um acessório e uma distração da vida mundana e não como parte essencial da vida humana. Como expõe Melo (2012:28), temos presente duas variantes, uma «cultura de massas» e uma «cultura erudita». Contudo, apesar das muitas definições que se tenham explorado ao longo dos anos em que a «cultura de massas» representa o povo/o popular e a «erudita» os intelectuais, a verdade é que as duas expressões se têm vindo a fundir fazendo com que cada vez mais se deixem de distinguir – “acabaram as grandes épocas de oposição entre cultura popular e cultura erudita, entre “civilização das elites” e a “barbárie” da população” (Lipovetsky e Serroy, 2014). As duas interligam-se criando um espaço homogéneo, permitindo o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos. Independentemente do que se tem vindo a refletir até agora, este desenvolvimento sociocultural é díspar consoante a zona do globo em que se habita. E embora haja cada

vez mais semelhanças formadas através da globalização, em todas as comunidades existe a chamada “tradição” que permite a existência de elementos específicos que se associam a essa determinada cultura, “(...) a tradição favorece a reprodução das identidades culturais, transcendendo o tempo e o espaço, projetando-as no futuro.” (Moura, 2002 *apud* Silva, 2000:11). Outra aceção de ‘cultura’ é apresentada, em 1982, pela UNESCO e reúne, praticamente todas as visões defendidas por autores sobre a definição deste conceito. De acordo com a organização, o conceito define a reunião de um

(...) conjunto de traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos de uma sociedade ou de um grupo social, que abrange não só a arte e a literatura, mas também modos de vida, maneiras de viver em conjunto, sistemas de valores, tradições e crenças” (INE, 2016:7).

Face a esta discussão sobre o conceito ‘cultura’ convém referir que esta conjuntura foi apresentada no sentido de separar a noção antropológica de cultura que, de forma redutora, é a ideia de cultura como civilização. Daqui em diante, a definição adotada para este estudo é a noção de cultura consoante os estudos culturais, que a distinguem entre cultura popular e alta cultura/cultura cultivada e como são consumadas as formas culturais de forma diferenciada nos diversos territórios e grupos sociais.

1.2 O papel das políticas culturais

A conceção de ‘políticas culturais’ surge em primeiro lugar, em França através de Malraux, em que o mesmo começa por defender a difusão da ‘alta’ cultura – uma cultura reservada a uma minoria socialmente favorecida da sociedade francesa – a todos os cidadãos. Um processo que tem por fim último, a educação das massas na convicção de que só o contacto com um determinado padrão de cultura poderá contribuir para o interesse pelas artes e permitir o desenvolvimento global das populações (Lourenço, 2008:8). Esta primeira noção de política cultural veio trazer à luz do dia conceitos como a ‘descentralização cultural’ e a ‘democratização cultural’ que se tornaram pilares fundamentais da sociedade. Nesta lógica, e centrado num passado não muito longínquo, o Conselho da Europa considerou como políticas culturais,

(...) o quadro geral das intervenções públicas no domínio cultural, quer dimanem dos governos nacionais, das autarquias locais ou regionais ou de organismos deles dependentes. Uma política supõe a definição de objetivos explícitos e estes não podem ser alcançados sem o apoio de mecanismos de planificação, de execução e de avaliação (Santos, 2005:24, *apud* Fisher e outros, 1998:37).

Em meados dos anos 70, surgem as primeiras orientações de políticas culturais em Portugal e é nessa altura, no programa do I Governo Constitucional “(...) que são explicitadas as tarefas do governo na área da cultura” (Santos et al., 1998:66). E também por essa altura é reconhecida a existência de autarquias locais e do poder local na Constituição da República Portuguesa de 1976¹. De qualquer forma, apesar de ter ficado estabelecido um princípio de reflexão acerca de questões culturais, o país era marcado pelo parco desenvolvimento educativo pelo que o foco foi direcionado para questões relacionadas com educação e saúde, deixando a cultura

¹ Capítulo I, Artigo 235.o, da Constituição da República Portuguesa, VIII Revisão Constitucional, 2005. <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

para segundo plano. Consecutivamente, passou a ser tema recorrente apenas no início dos anos 80 (GEPAC, 2014:19). Um dos benefícios ao panorama político da cultura é o facto de ser um conceito apartidário, isto quer dizer que tanto a esquerda como a direita chegam a um consenso no que diz respeito à relevância e aposta em fomentar a mesma. Em Portugal, desde o I governo até ao XXII governo ocorreram muitas alterações no que toca à produção legislativa cultural; nomeadamente, o aparecimento de uma Secretaria de Estado da Cultura, numa primeira instância, até à concretização da instauração de um ministério dedicado unicamente à cultura. Esta adenda cultural à política portuguesa veio reforçar o valor da cultura como algo a pensar como inerente ao país, destacando as seguintes medidas: “preservação do património; apoio à criação, produção e difusão cultural; democratização do acesso à cultura; descentralização cultural; internacionalização da cultura portuguesa” (GEPAC, 2014:20).

O governo português divide-se em várias áreas de ação que permitem o desenvolvimento do país. Na área da cultura a sua missão é legislar e executar medidas que possibilitem o respeito do património cultural, a criação e a proliferação cultural, bem como a internacionalização cultural portuguesa, este último ponto, coordenado em conjunto com o Ministro dos Negócios Estrangeiros.² Uma das medidas tomadas para esta missão referida, é feita através da elaboração da ‘Estratégia do Plano Nacional das Artes’ (PNA) que se iniciou no ano 2019 e termina em 2024. Neste plano, o Estado pretende, principalmente, assegurar a todos os cidadãos o acesso à cultura de igual modo. Para o conseguir será implementado um plano estratégico que assenta em três eixos: (a) política cultural, (b) capacitação e (c) educação e acesso. Em primeiro lugar, respetivamente, responsabiliza-se por produzir uma estrutura legislativa e política que permita a promoção cultural a nível individual e coletivo; em segundo lugar, pretende um investimento dos conceitos e práticas artísticas a nível pedagógico prestando um apoio na reflexão das várias áreas relacionadas com o PNA; e em terceiro e último lugar, focar-se-á na implementação da arte na escola, na democratização cultural e em estimular a participação de todos em ações culturais (PNA, 2019:31). Especificamente, no ponto (a) serão tomadas medidas como o financiamento de projetos nas áreas de educação, arte e comunidade; o registo de um ID Cultural, ou seja, registar o percurso cultural “do cidadão enquanto participante, fruidor ou criador de processos ou obras artísticas”; alterações legislativas acerca dos vários instrumentos para a cultura: análise da Lei do Mecenato, análise do acesso a espetáculos, análise relativa ao envolvimento de financiamento público e privado; aposta no compromisso cultural de empresas nos programas culturais da região envolvente das mesmas; consultoria que apoie e fomenta a concretização do plano; e por fim, uma avaliação do processo e dos seus resultados. No ponto (b), compromete-se a utilização de uma escola na R.A. da Madeira de forma a pensar sobre a cultura e a educação; a criação de coleções de textos e recursos pedagógicos em conjunto com a Casa da Moeda; promoção do património e de expressões artísticas no ensino; através da Academia PNA, providenciar formação a professores para a pedagogia artística; criação da Bolsa PNA, que apoia investigações nas áreas – arte, educação e comunidade e por último, desenvolver debates e conferências sobre o PNA. Por fim, o eixo (c), reúne medidas como: a criação de um Projeto Cultural de Escola (PCE) no qual as escolas em coordenação

² Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/cultura/acerca>

com o PCE elaboram um ID Agrupamento-Cultura; implementação do Projeto Artista Residente (PAR) – desenvolver práticas artísticas educativas num espaço da escola a definir; reunir recursos pedagógicos e disponibilizá-los no portal do PNA e produzir o projeto Cidadania: Do it em conjunto com artistas e escolas; permitir diferentes contextos de aprendizagem, ou seja, realizar uma atividade escolar numa instituição cultural/social, por exemplo (Desvio: Sair para Entrar); organizar o calendário escolar de maneira a que seja possível encaixar os projetos anteriormente mencionados (Em Aberto); apoiar os alunos através de ferramentas e metodologias artísticas e portanto, capacitar os docentes dessas técnicas também será um dos pontos destas Tutorias Criativas; fomentar o diálogo entre artistas e comunidade (Projeto Deslocar: Campo Criativo); desenvolver atividades que permitam a inclusão social e a inclusão de seniores na área cultural (Projeto Criar +); organização do Festival Bienal PNA levando atividades a todo o país; atribuição do Prémio PNA; introdução do Portal e Newsletter do PNA que divulgam informação sobre o plano; fomentando uma estratégia de comunicação com presença nas redes sociais (Estar Presente). Estas medidas a ser impostas irão permitir não só o desenvolvimento cultural como também o social. Embora com uma crise pandémica pelo meio, em 2021, já existem quase 150 agrupamentos escolares a participar nesta iniciativa. Paulo Pires do Vale comenta que “a grande maioria das escolas que temos são fora dos grandes centros (...)” (Público, 2021) e reflete sobre a relevância da cultura local. Interligar cultura e a escola é o ponto chave desta estratégia para atingir a democratização cultural.

À vista disso, é elementar a regulamentação do sector cultural e um investimento cada vez maior no mesmo. Desta maneira, ao fazer uma espécie de cartografia cultural do concelho de Ourém é mais claro analisar quais os domínios culturais existentes nas suas freguesias. Tal como Santos, Lima e Neves (2005:29) distingue, ao fazer um mapeamento de um concelho é possível analisar-se «o acesso à cultura, a abertura a comunidade, a diversificação artística e cultural, a descentralização e as relações entre o local/nacional/internacional». Desta forma, o investimento nas políticas públicas é necessário, essencialmente, nos meios mais pequenos para que haja uma expansão do acesso cultural para aqueles que normalmente se veem privados disso. Deverá ser prioridade investir nas políticas culturais que se foquem na formação e na profissionalização, em equipamentos culturais e em territórios para que um melhor nível de vida seja atingido (Santos, 2007:1). Como a autora refere, o estabelecimento de linhas orientadoras a nível político deve ser a primeira medida a ser tomada para depois sim, se definirem as medidas de produção legislativa que executarão essas linhas de orientação. Os setores da cultura e da educação são indissociáveis e como tal, o seu alinhamento é indispensável para a adesão e difusão da cultura. À vista disso, a aposta na formação é um ponto crucial e incorporar essa formação não deverá ser apenas para profissionais da cultura, mas também para a população portuguesa no geral. O Ministério da Educação (ME) começou por prender a sua atenção na promoção da leitura da população, ao criar o Plano Nacional de Leitura (PNL) onde o Ministério da Cultura (MC) e o ME colaboram articuladamente, uma Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (PNA:2019) e também um novo projeto que articula animação cultural e leitura através de agentes culturais locais que o promovem em várias faixas etárias. O reconhecimento da cultura como substância indispensável à vida é algo que será apenas possível através de um reconhecimento feito, em primeiro lugar, pela escola. A aposta num programa curricular escolar que permita a reflexão sobre a importância da cultura na vida de cada um, é o primeiro passo a tomar.

A produção legislativa no setor cultural, como refere o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), é realizada nas seguintes áreas: (1) Conservação e Preservação; (2) Criação e Produção; (3) Difusão; (4) Comercialização; (5) Formação, Exercício da Profissão e Proteção Social; (6) Acesso e frequência de entidades culturais; (7) Auditoria, Fiscalização e Monitorização; (8) Orgânica de organismos; (9) Elaboração de diplomas e criação de grupos e comissões de trabalho; (10) Articulação com atribuições dos municípios; (11) Validação de orientações de organizações internacionais e (12) Concertação com políticas da União Europeia. O governo possui um forte investimento no que toca a políticas culturais e como se devem realizar, sendo que nestas intervenções apenas duas confrontam a área das políticas culturais na categoria local – a (3) Difusão e a (10) Articulação com atribuições dos municípios. A primeira, respetivamente designa a relevância da criação de programas que apoiem a descentralização das artes. E a segunda, mais específica, aposta em outorgar competências às autarquias locais, ou seja, apoia-se na implementação de uma descentralização administrativa (GEPAC, 2014:23). Para que isso aconteça, de acordo com Carreiras e Calado (2020:45), as políticas locais são imprescindíveis e até mesmo insubstituíveis para que haja um desenvolvimento das comunidades mais pequenas e em simultâneo do país. Como é referido no artigo Lei n.º 50/2018 é estabelecida uma:

“(…) transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local”³ (artigo 5º, Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto).

Neste sentido, através da autonomia fornecida às entidades locais, é garantido o serviço das autarquias nos problemas mais imediatos o que permite uma resposta de qualidade e eficácia superior. Em termos financeiros, as autarquias são financiadas de acordo com o Orçamento do Estado previsto de forma a contribuir para o cumprimento dos objetivos estabelecidos:

São inscritos, nos Orçamentos do Estado dos anos de 2019, 2020 e 2021, os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização que incorporam os valores a transferir para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais que financiam as novas competências” (artigo 5º, Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto).

No que diz respeito ao setor da Cultura, referido no artigo 15º, Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto os órgãos municipais têm como função a gestão e valorização do património local e dos museus presentes. Estará também a cargo destes, a execução e o controlo dos espetáculos realizados no local, bem como o recrutamento de profissionais da área. Sobre o financiamento do Estado para a cultura, o Orçamento do Estado para 2020 indica as seguintes medidas: (1) Promover a transformação digital dos museus, monumentos e palácios nacionais e regionais; (2) reabilitar o património cultural; (3) apoiar as artes e à criação artística; (4) promover e apoiar os setores estratégicos do cinema, audiovisual e media e (5) dinamizar medidas de diplomacia e internacionalização da cultura portuguesa.⁴ Para além destas medidas, o programa orçamental para a cultura em Portugal refere o aumento da despesa desde 2019 para 2020, todavia, há que ter em conta que com o

³ Disponível em <https://dre.pt/home/-/dre/116068877/details/maximized>

⁴ Disponível em <https://www.oe2020.gov.pt/areas-governativas/cultura/>

aparecimento da covid-19, o orçamento não se alterou. Isto significa que os valores para investir na cultura em 2020 foram também utilizados para proteger da crise pandémica que atravessamos e desta forma, o investimento não está a ser executado totalmente para o que tinha sido programado, mas sim para questões resultantes da pandemia. Embora tenham surgido apoios e verbas para colmatar certas falhas, principalmente ao apoiar os trabalhadores. De qualquer forma, como referenciado no Orçamento do Estado para 2020 (OE, 2020),

(...) o Governo prosseguirá a política de reforço da área da cultura, com o objetivo de atingir, ao longo da legislatura, 2% da despesa discricionária prevista no Orçamento do Estado. Para tal e de modo a prestar contas públicas sobre a concretização deste compromisso, será aprovada e implementada em 2020 a conta satélite da cultura⁵ (OE2020:138).

Independentemente das medidas que se reforçam neste orçamento, apenas vagamente se referencia uma aposta maior na cultura a nível local, através da criação de uma ligação entre comunidades, artistas e zonas precárias a nível económico, ficando a faltar alguma consistência e clareza nas políticas específicas a implementar para a promoção cultural nas zonas rurais. Tal como descreve Moura (2002:101), apenas na década de 90 se ganhou consciência de que a cultura é um dos elementos chave para o desenvolvimento da sociedade e que só a conceção de políticas que permitam o seu desenvolvimento irá permitir o crescimento económico. Se isto é uma possibilidade, então a solução é criar medidas que passem não apenas pelos centros de Portugal, mas também pelas periferias e pelo interior.

Promover uma maior interligação entre territórios e artistas, através de um mapeamento conjunto com os municípios de edifícios, terrenos, oficinas, fábricas, ateliers e outros espaços sem ocupação, identificando projetos artísticos, artistas e criadores com interesse em ocupar os espaços identificados (OE2020:140).

Não obstante, o investimento na cultura tem vindo a aumentar gradualmente, ao longo dos anos em Portugal. Conforme explícito no Relatório do Programa Orçamental de Estado 2020, o setor da Cultura registou um aumento de 50,8% de 2015 (96,4M) para 2020 (145M). Assumir e providenciar oferta cultural à população é um dos fatores de garantia de igualdade e desenvolvimento do país (Henriques, 2002:66), e como tal, em todas as eleições, a aposta num orçamento maior para a cultura é um dos pontos assentes. Embora algumas medidas previstas para 2020 tenham sido efetuadas, a crise pandémica veio desabrigar o setor dando prioridade a questões relacionadas com apoios financeiros aos profissionais da cultura que se viram obrigados a parar drasticamente a sua atividade. O Governo decidiu assim implementar uma linha de apoio social extra para as entidades artísticas, trabalhadores desse meio e espaços culturais.⁶ O Orçamento do Estado para 2021, conta

⁵ A Conta Satélite da Cultura (CSC) foi elaborada no âmbito do Protocolo de cooperação assinado em 12 de setembro de 2013, entre o Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE) e o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), tutelado pelo então Secretário de Estado da Cultura. A implementação da CSC, sob a forma de um projeto-piloto, decorreu da necessidade de desenvolver e fortalecer metodologias estatísticas para medir o impacto e a contribuição da Cultura na economia. Disponível em <http://polobs.pt/wp-content/uploads/2019/09/Notas-Metodol%C3%B3gicas-CS-Cultura.pdf>

⁶ Diário da República n.º 31/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-02-15. Disponível em <https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/157397604/details/maximized>

obviamente com um reforço do combate à pandemia em todas as áreas governativas. Na área da Cultura focam-se em novas medidas de apoios às artes através de vários projetos, mas uma das novidades é a implementação do novo estatuto dos profissionais da cultura, através de uma revisão das categorias profissionais. Esta atribuição de um novo estatuto destacou-se com mais veemência no ano da pandemia porque esta veio desabrigar os trabalhadores independentes da cultura, que possuem trabalhos periódicos, muitas vezes sem contratos formais (Neves, 2021: 24). Este estatuto destina-se a proteger socialmente estes trabalhadores criando para isso um subsídio caso a sua atividade profissional seja suspensa, porém apenas em 2022 se prevê que este estatuto se torne oficial.⁷ Ainda neste orçamento é referido o investimento na cultura com o objetivo de chegar a 2% de despesa (OE2021: 206). Ainda é parca a aposta na área da cultura revelando o quanto ainda há para fazer para que pelo menos 2% do PIB seja direcionado para o desenvolvimento cultural do país.

Numa perspetiva comparada, Portugal tem adotado políticas culturais que se assemelham às políticas de vários países europeus através de novas políticas de descentralização no que diz respeito à intervenção do Estado e que têm vindo a permitir uma forma de justificar a contribuição positiva da cultura para um crescimento da economia (Garcia et al. 2018:2). Nesta discussão iniciada por Garcia et al. (2018), sobre a institucionalização de políticas culturais são descritos dois períodos que afetaram Portugal socioeconomicamente: (i) a adesão de Portugal a Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986; (ii) a crise internacional de 2008 que afetou profundamente Portugal no ano de 2011, levando ao seu resgate por parte da ‘troika’ (comissão formada pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional) até 2014. Como anteriormente referido, foi nos anos 80 que o valor da cultura começou a ascender. Uma das primeiras parcerias entre o governo central e o local, foi a da instalação de equipamentos culturais (infraestruturas com uma valência cultural por se utilizarem nesse sentido, como museus, bibliotecas, sedes de associações culturais, entre outros, Santos et al. 2005:364) por todo o país pois, para além de se ter começado a valorizar a criação e a fruição cultural, o governo entendeu que ao apoiar os governos locais conseguia reduzir os encargos financeiros do governo central.

1.3 Descentralização e poder local

Segundo o INE (2019), nas Estatísticas Demográficas, é divulgado que a população portuguesa reside maioritariamente na região Norte de Portugal e na Área Metropolitana de Lisboa. Desta forma, as áreas onde a densidade populacional é inferior localizam-se no Interior de Portugal. É natural que haja um acesso cultural e não só, muito superior nas regiões onde a maior parte da população habita deixando as restantes zonas parcas de oferta e acesso fácil a certo tipo de conteúdo. Não obstante, é cada vez mais indispensável fazer circular essa informação e quebrar barreiras geográficas para que as pessoas consigam ter as mesmas oportunidades estando numa região ou noutra. E falo, não da igualdade de oportunidades, mas sim da existência de uma equidade, através de ferramentas que permitam identificar as desigualdades. A descentralização em Portugal

⁷ Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDI2MgcAtvyhcwUAAAA%3d>

assume um papel extremamente importante, no qual defende uma desconcentração da região – Área Metropolitana de Lisboa (AML) e da região do Norte com núcleo na Área Metropolitana do Porto (AMP) – para que se consiga uma maior expansão económica e cultural das regiões mais pequenas. No entanto, é esperado que haja mais autonomia da parte das autarquias locais e também um maior investimento não só na parte económica, mas também de outras áreas igualmente fundamentais,

Enquanto na UE as três maiores categorias de despesa subnacional por área setorial de política pública são a educação, a proteção social e os serviços gerais, em Portugal as principais competências locais compreendem serviços gerais e assuntos económicos (Teles, F. 2021:21).

É indispensável, contrariar esta ideia de que uma autarquia só tem que olhar pela população do seu local a um nível económico quando o que mexe também essa própria economia, são as atividades sociais e culturais instituídas. Porém, para que essas sejam devidamente realizadas tem de existir uma adesão exponencial da população para que este setor também cresça. Para que se proceda a uma reforma do modelo da governação local requer-se uma avaliação da qualidade dessa governação para que possa haver hipótese de descentralizar o país. Nessa linha de pensamento e apoiado num estudo realizado sobre a qualidade da governação local em Portugal, foi possível concluir um dos ponto-chave para uma boa autonomia local se deve em parte à participação dos cidadãos na vida municipal. Uma das consequências negativas demonstrada nesta avaliação é a parca participação dos cidadãos que provoca a consequência expectável: falta de pressão conduz a uma menor resolução dos problemas existentes que normalmente só começam a ser resolvidos por altura de eleições (Tavares et al, 2018). Ainda sob a alçada deste estudo, uma das estratégias para a confiança num governo local, tem sido a adoção dos chamados “Orçamentos Participativos” que ajudam a promover a ideia e concretização de que as propostas dos municípios são realmente ouvidas e exequíveis. Todavia tem sido verificada a falta de adesão a estes orçamentos, o que não abona à imagem de uma governação local forte. Outra das estratégias adotadas é a transparência a nível de finanças de forma a estabelecer um vínculo de segurança entre os cidadãos e as autarquias. Por fim, foi confirmado que um dos fatores para a carência de estabilidade é o facto de existirem vários atores com poder de decisão o que leva a um desfecho de pouca fé em relação a compromissos a longo prazo. Isto significa que se o poder estiver concentrado a um nível local, a estabilidade política aumentará.

Neste momento, embora Portugal não seja o país mais centralizado da Europa, está numa posição que ainda deixa a desejar. Se considerarmos os níveis de governação de um país, como elucida Teles (2021:19) constatamos que Portugal se situa no 1º nível de governação subnacional, ou seja, que ainda apresenta um nível de centralização alto em relação aos países escandinavos, por exemplo. É impossível ser-se um país totalmente descentralizado visto que existem sempre dependências mútuas entre o governo central e o governo autárquico local. De forma a contextualizar, uma autarquia define-se por ser um governo com autonomia. Em Portugal, as autarquias locais dividem-se em municípios e freguesias. Importa de qualquer forma definir os diferentes tipos de descentralização cultural existentes. Em primeiro lugar, Teles (2021: 33) apresenta-nos a descentralização administrativa, na qual o *motto* é o de que são indicados alguns funcionários que residam em zonas não-centrais para estes assegurarem a implementação de uma das políticas públicas definidas pelo

governo central, logo, completamente subordinados a esta centralização existente, sendo que o governo tem total controlo sobre o anulo de alguma tarefa concedida pelo agente. Em segundo lugar, a descentralização política diferencia-se por se atribuir alguma autonomia, algum poder de decisão aos níveis inferiores, isto é, os níveis locais. Em terceiro, e último lugar, está a descentralização fiscal, que se refere a uma autonomia relativamente às despesas públicas desse nível. Contudo, seja qual for o nível de descentralização existente numa autarquia, a verdade é que há sempre decisões ligadas ao poder central e ambos os governos dependem um do outro em alguns aspetos. Sobre as vantagens e desvantagens da descentralização Teles (2021:38) apresenta alguns argumentos prós e contra, sobre a sua eficiência. Uma das questões apontadas tem em conta a proximidade existente entre cidadãos e governo, nas zonas rurais. Desta forma, os serviços são mais facilmente adaptados às necessidades dos seus habitantes. Em contraposição a este raciocínio, é o facto de haver uma tendência para beneficiar as elites locais. Já Matarasso & Landry (1999) referem que uma das principais vantagens é fomentar uma maior participação do cidadão na criação de atividades culturais diversa, bem como “an empowerment of local action” (p.48).

Outra perspetiva sobre este assunto é assumida por Matoso (2018) que defende que o ponto principal da descentralização não se deve apenas focar nas políticas de acesso a atividades por parte de populações residentes em meios mais pequenos. Deve-se sim “dotar o país dos meios necessários à concretização de uma vida cultural que incorpore uma componente cada vez mais significativa de iniciativa própria” (p.6), ou seja, criar meios e condições para que haja uma produção cultural a partir do interior para que não estejam apenas sujeitos à “cultura” e às atividades culturais exteriores. É preciso começar de dentro para fora. Para a descentralização ser implementada, Matoso (2018) defende as práticas culturais do cidadão comum como ponto de partida, através do estabelecimento de princípios de autonomia para estes novos agentes.

Públicos da Cultura

1.1 Democratização cultural

A democratização cultural no panorama português é uma vertente que apenas surge por volta dos anos 70, após a revolução mais marcante da nossa história enquanto país: a revolução dos cravos. Tal como se impôs um regime democrático, impôs-se também uma maior valorização do acesso à cultura e do que ela representa, tornando-se tópico expressivo no discurso político. Como a própria palavra indica, a democratização visa o comando do povo na sociedade num regime em que há liberdade de escolha (democracia), sendo essa, acessível a todos independentemente da sua classe social. A democratização caracteriza-se por uma maior descentralização da oferta cultural e pelo aumento de mais participantes na cultura, contribuindo assim para a formação de públicos culturais (Gomes, R. e Lourenço, V. 2009: 11). Quando se fala de democratização cultural, fala-se também da existência de vários polos culturais para a dinamização de atividades culturais que promovam o espírito crítico e o interesse da população em geral. Para isso, os equipamentos culturais têm no seu núcleo uma estratégia que visa interligar os indivíduos às áreas artísticas/culturais (Lourenço, 2008:4). Esta aproximação é realizada através de equipamentos culturais, agentes coletivos e de eventos que se

concretizam com ajuda dos dois primeiros elementos, respetivamente. A democratização visa dar acesso à cultura:

(...) proporcionar as condições para a fruição das obras/produções artísticas e culturais por parte de públicos normalmente delas mais afastados, designadamente através de meios como as políticas de preços no acesso aos bens e serviços culturais, as campanhas de promoção junto de frações desfavorecidas da população, a existência de serviços educativos nos equipamentos, etc. (Santos, Lima e Neves, 2005:29)

Para além do Plano Nacional das Artes (PNA) referido no capítulo 1.2, têm vindo a ser criadas outras estratégias a nível europeu que promovem a democratização e a descentralização cultural. No âmbito do Programa Europa Criativa, foi desenvolvido o projeto SPARSE (Supporting & Promoting Arts in Rural Settlements of Europe Take Art Limited) que desenvolve uma *tour* internacional pelas áreas rurais de vários países europeus – “This will help to address the issue that many rural communities do not enjoy the same opportunities to enjoy high quality arts as their urban counterparts.” (SPARSE, 2021). Embora os 27 países da União Europeia (UE), bem como, outros fora da UE, possam ser parceiros deste projeto, a realidade é que apenas quatro deles fazem parte. Ainda sobre o PNA, no que toca à democratização cultural, este estabelece o cumprimento da constituição no qual um dos seus princípios assenta em fornecer a todos os cidadãos o acesso à cultura e colmatar as assimetrias que se fazem sentir no país. Para que ambas aconteçam é indispensável, como definido no PNA, mobilizar-se recursos locais e definir políticas culturais para que se consiga acabar com a falta de acesso nos locais mais remotos e incentivar à participação cultural. Para esta estratégia funcionar é fundamental a aposta na educação através de práticas pedagógicas a nível artístico (PNA, 2019:11). Uma das formas mais presentes do período contemporâneo é o crescente relacionamento entre a cultura e a tecnologia, pelo que estas novas formas de participar na cultura fortalecem a democratização cultural, pois, a forma de chegar à cultura não precisa de ser feita apenas presencialmente (Gomes et al, 2009: 14). É reconhecido que uma aliança entre as áreas governativas Educação e Cultura, é um dos pontos fulcrais para a propagação do acesso geral à cultura, independentemente, da sua classe social. Embora ainda seja um caminho a ser traçado, que apresenta intervenções muito pontuais, a perseverança em continuar a criar projetos que ajudem a essa concretização, tem-se mantido, como é o exemplo do PNA que falamos anteriormente (Gomes et al, 2009: 19).

1.2 Formação de públicos da cultura

Como referido no ponto anterior, a democratização cultural está intrinsecamente ligada a uma descentralização da cultura (aproximar do ponto de vista espacial a cultura cultivada dos cidadãos) e uma procura de aproximação de todos os cidadãos à cultura cultivada. Não obstante, a oferta cultural e a construção de novas infraestruturas nem sempre acompanham a formação de novos públicos. Embora a teoria de que se se apostar num alargamento da oferta cultural e das infraestruturas, o retorno também aumentará, a verdade é que muitas vezes isso não acontece. Maioritariamente, a oferta e a procura culturais encontram o seu maior desequilíbrio em zonas rurais visto serem constituídas por pessoas com um nível escolar e profissional mais baixo (Gomes e Lourenço, 2009:12).

O ‘público’ segundo Warner (2002:50-82), apresenta três vertentes. O autor alude para o facto de existir uma diferença muito ténue, mas muito relevante entre as diferentes definições e contextos de ‘público’, ou seja, existe “O público” e “Um público”. O primeiro, respetivamente, refere-se a uma totalidade social – uma comunidade ou uma cidade – são exemplos disso. No segundo caso, respetivamente, refere-se a um público específico que é delimitado pelo campo de visão, como um público de um concerto. A terceira vertente de públicos é aquela relacionado com a leitura de textos. Sobre a conceção de ‘público’ são definidas sete características que fazem “um” público: (1) é auto-organizado; (2) é o resultado da relação entre estranhos; (3) o discurso do público é pessoal e impessoal; (4) é constituído apenas pela mobilização cognitiva; (5) é o espaço social criado pela circulação reflexiva do discurso; (6) agem de acordo com a temporalidade associada ao seu discurso; (7) é uma forma de ver/estar no mundo, com o seu espaço e discurso. O conceito de ‘público’ é ambíguo, visto mudar de definição consoante o seu contexto e capacidades de cada um e por isso, muitas das vezes um determinado grupo é considerado um público por terem linhas de pensamento semelhantes.

If you know and are intimately associated with strangers to whom you are directly related only through the discursive means of reading, opining, arguing, and witnessing, then it might seem natural that other faculties recede from salience at the highest levels of social belonging (Warner, 2002:83).

E as massas são consideradas público? O autor Wright Mills, defende que se considere uma distinção entre massa e público pois, em qualquer público tantos são aqueles que expressam a sua opinião como os que a recebem, enquanto que uma massa, acaba por ser um ajuntamento de pessoas superior e completamente distintas. Isto significa que enquanto que no público existe uma correspondência comunicativa e uma opinião, as massas, revelam ser mais complicado a existência de uma participação (Lopes e Albéo, 2004: 80). A complexidade deste conceito reside no facto de não ser apenas um conjunto de pessoas que assiste a um espetáculo ou que consome televisão. O ‘público’ não consegue ser singular, é muito mais que ser espetador de algo, existem vários determinantes que fazem constituir os públicos de arte, pois cada um tem o seu motivo para ali estar e certos comportamentos específicos (Teixeira, C. J. 2000:419-420). Atualmente, para contrabalançar estas explicações relativas ao conceito de cultura nas massas, (Melo, 2012:28), como anteriormente mencionei, define a evolução da cultura no caso das elites e das massas. Segundo o autor, a dita ‘cultura erudita’ é composta pela apropriação de sinais, imagens e objetos das massas, mas recicla-os. E no caso da ‘cultura de massas’ as coisas que antes eram vistas como permitidas apenas à elite, passam agora para as “mãos” do povo tornando-se *mainstream*. O que é que isto poderá significar em relação aos públicos e à sua evolução? Que o público reconhece apenas o seu valor por haver um juízo de valor elitista antes, pelo facto de já serem propriedades expostas em todo o lado, reduzindo-se a algo comum ou simplesmente, a evolução do público transformou-o num ser com uma sensibilidade maior com a evolução natural da história. Nesta lógica, é relevante analisar o público existente no concelho de Ourém e entender quais as suas características de forma a analisar como se movem no panorama sociocultural da sua área de residência.

Acerca da formação de novos públicos da cultura e tendo em conta o cenário tecnológico em que nos debruçamos, Gomes et al (2009:14), expõem três formas de pensar a democratização cultural aliada a estes

novos públicos. Em primeiro lugar, procede-se à requalificação dos serviços e equipamentos culturais já existentes, em segundo, promove-se o desenvolvimento de atividades por parte de agentes culturais coletivos (por exemplo, grupos que realizam alguma atividade cultural como as bandas filarmónicas, associações culturais, companhias de teatro. Santos et al. 2005:364), e em terceiro, e último lugar, reformular o programa educativo e artístico das escolas. No capítulo 2, ponto 3.2, podemos observar os equipamentos culturais existentes, as atividades e os agentes coletivos do concelho, pormenorizadamente. No âmbito da formação de públicos a arte da participação (Martinho et al. 2016:40) tem sido outro dos temas assinalados, designado por uma experiência com o público, ou seja, levar o público a participar na experiência da arte e não apenas como um mero observador. Tendência para transformar as dinâmicas locais através de uma aproximação que se pode dividir entre áreas de criação, produção, apresentação que permite o desenvolvimento duma ligação entre a cultura e o participante (Gomes et al, 2009: 20).

1.3 Networking e Redes Sociais

De uma sociedade fundamentalmente industrial passou-se para uma sociedade de informação criada mediante o rápido transporte de conhecimentos através de computadores (Webster, 2004). Apesar das inúmeras desvantagens das tecnologias de informação e do que isso veio alterar na sociedade, a flexibilidade adquirida através da Internet permitiu uma grande globalização a todos os níveis transformando o mundo numa sociedade em rede, no qual estamos todos interligados (Castells, 2003:7). Nesta perspetiva, com o aparecimento das redes sociais *online* o mundo tornou-se ainda mais numa aldeia global, na qual é possível haver cruzamentos de todos os cantos do mundo.

(...) individuation does not mean isolation nor the end of community. Sociability is reconstructed as networked individualism community through a quest for like-minded individuals, in a process that combines online interaction with offline interaction cyberspace, and the local space (Castells, 2013).

Castells (2003:8) refere-se a este conceito como a passagem para uma nova economia na qual a comunicação é agora feita à escala global e em que «Atividades económicas, sociais, políticas, e culturais essenciais por todo o planeta estão sendo estruturadas pela Internet e em torno dela, como por outras redes de computadores». Como parte do nosso quotidiano, a Internet, como menciona Coomber (1997:1) permitiu a construção de ciberespaço do qual fazemos parte, sendo que dessa forma é necessário e imprescindível aproveitarmos as possibilidades que essa ferramenta nos proporciona, no campo das ciências sociais. Para pôr em prática a proliferação cultural em zonas rurais, esta seria uma das formas a avaliar visto que as redes sociais *online* têm crescido em força nos últimos anos e, portanto, seriam pontos de acesso fulcrais para se promoverem atividades culturais. Para quem não tem acesso, o *networking* apesar de poder ser feito via redes sociais *online*, também pode ser posto em ação através de relações informais presenciais. Como é referido no estudo,

Facebook helps: a case study of cross-cultural social networking and social capital: «In particular, the survey study suggested that there is a strong link between how much users invest in cross-cultural FB

interaction and how much CCSC (particularly bridging and bonding) they perceive as represented by their cross-cultural network of friends (Jianga & Bruijn, 2013:13).

As redes sociais *online* nunca foram tão importantes como nesta fase que atravessamos. Estando há mais de um ano a passar por uma crise pandémica mundial, a única forma de estabelecer ligação com as pessoas, formar contactos, fazer o chamado “*networking*” tem sido feito através das redes sociais *online* e isto prova-nos que apesar das dificuldades enfrentadas tem sido possível haver esse contacto não palpável. Se promover e apostar no *marketing* e nas redes sociais *online* para que uma atividade seja exposta e alcance um maior número de pessoas é fundamental, neste momento, é indispensável fazê-lo. Neste caso, através de *networking* e redes sociais *online* poderia haver um aliado relevante para o crescimento de atividades culturais no meio rural e também, para o aumento da promoção das que já existem ou venham a existir. Como relata (Martinho et al. 2016). “No entanto, os contactos pessoais, presenciais, em lugares físicos, como em reuniões, debates, colóquios, congressos (...) multiplicam-se como nunca (...)”. Neste sentido, a junção dos dois seria uma estratégia importante a analisar. A título de exemplo, num estudo feito à população, no meio rural Shropshire, em Inglaterra, a maioria dos respondentes afirmou, a respeito do investimento em *networking*,

(...) were convinced that there was much to gain by developing connections between the creative industries sectors in production-chain relationships, of coming together to showcase work and to improve selling opportunities, as well as suggesting the need to develop more creative policy initiatives to enhance their impact on the economic and cultural life (Bell, 2010: 217).

No concelho de Ourém as redes sociais *online* como ferramentas para promoção e informação sobre o concelho tiveram o seu início em 2014, na plataforma Facebook e apenas em 2018, no *Instagram*. Na primeira, respetivamente, a página intitulada “Município de Ourém” conta com 25 716 gostos e 27 683 seguidores. Na segunda plataforma, a conta possui o mesmo nome e tem um total de 4 291 seguidores. Ambas têm sido ferramentas bastante utilizadas para promover informações, notícias e eventos relacionados com o concelho de Ourém, no entanto, devido aos seguidores que apresentam no Facebook, acaba por existir uma maior exposição e interação aí. Na rede social *online* *Instagram* a conta do Município de Ourém partilhou muitos dos eventos realizados em 2019, embora alguns não constem da Agenda Cultural do Município, sendo mais utilizada para promover eventos de espetáculos de música/teatro e de desporto. No ano de 2018 e 2019 apenas foram colocados 27 *posts* em cada ano, pelo que com a chegada da pandemia o número exponenciou, tendo 2020 mais de 100 *posts* nesse ano e ao qual se tem dado continuidade agora em 2021 demonstrado uma grande aposta na presença digital. Como referem Konstanteli et al. (2015:194), as redes sociais *online* são uma boa forma de aplicar estratégias de *marketing* para dar a conhecer o produto que se quer publicitar, neste caso, divulgar as iniciativas do concelho e “form a bond of trust with costumers and reach a global audience”. Uma das outras razões inumeradas acerca dos benefícios de utilizar redes sociais *online* para promover algo, é o feedback que se pode alcançar com isso, “(...) gain valuable information and come to conclusions using the feedback circulating in the social media as response to a show, an exhibition or an event (...)” (Konstanteli et al., 2015: 194).

A interligação entre digital e a fruição cultural tem sido cada vez mais nítida e como tal, as políticas culturais têm sido acompanhantes deste fenómeno. Falarmos de uma passagem do físico para o virtual, significa também falar de uma “apropriação da cultura pela economia” (Martinho et al. 2016: 52), ou seja, investir na cultura para que esta seja acessível a todos e com cada vez mais liberdade para usufruir dela – “valorizar de modo intensivo o cruzamento entre a cultura, a economia e os sistemas de inovação” (Martinho et al. 2016: 52). Nos últimos anos, Portugal tem seguido lado a lado com a União Europeia para a integração digital no meio cultural, como frisa (Martinho et al. 2016: 53). Estas transformações para além de promoverem uma aproximação à cultura, levam a novas formas de receção que acabam por pôr fim à limitação espaço-tempo (Gomes et al, 2009: 14).

1.4 COVID-19 no setor cultural

O ano de 2019 ficou marcado pelo surgimento de vários casos de uma infeção até então, desconhecida. O primeiro caso apareceu na China e rapidamente começou a alastrar-se mundialmente. A 30 de Janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou como situação de Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional, o aparecimento da doença e a 11 de março de 2020, considerou a COVID-19 como uma pandemia.⁸ Como esta doença apresenta um alto índice de transmissão através do ar, tem sido imprescindível o distanciamento entre pessoas e como tal, o isolamento social tem sido a grande aposta para travar a propagação do vírus. Em Portugal, o Estado de Emergência foi declarado pela primeira vez a 18 de março de 2020⁹ suspendendo os direitos de circulação e a permanência na via pública de forma a reduzir o risco de contágio. Com a continuidade e aumento de casos foram várias as atividades que fecharam parcialmente ou totalmente. Previsivelmente, a área mais afetada foi a do turismo e da cultura por serem aquelas que reúnem um maior aglomerado de pessoas para se realizarem. As atividades culturais/eventos começaram a ser canceladas sem perspetiva de futura remarcação.

Para além de todas as medidas impostas nas diferentes áreas governamentais como o *layoff*, medidas de apoio às empresas, entre outras, o setor da cultura recebeu dois apoios: medidas do Plano de Estabilização Económica e Social e medidas do Apoiar Cultura, 76 e 46 milhões, respetivamente (Neves, 2021:26). Estas medidas destinaram-se a apoiar numa primeira fase, a quebra de receitas e os rendimentos e numa segunda, a auxiliar a retomar da atividade no setor. De acordo com (Gama, 2020:184), sobre uma análise do impacto da COVID-19 nos primeiros meses, tornou-se natural a passagem de atividades para plataformas *online* sempre que possível pois, era a única forma de se poder assistir a algo e manter uma conexão com certas atividades mesmo que o ambiente fosse diferente e primeiramente, estranho. Outro dos pontos assentes foi a exigência, por parte dos profissionais da cultura, de medidas e apoios para o setor pois registou-se um aumento do desemprego muito acentuado no setor.

⁸ Disponível em <https://dre.pt/legislacao-covid-19>

⁹ Diário da República n.º 55/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-03-18. Disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/130399862/details/maximized>

Em Ourém, no dia 11 de março de 2020, foi anunciada a suspensão de toda a agenda cultural até ao final do mês de março. Acabou por se suspender as atividades continuamente e até adicionando novas medidas mais restritas para a contenção do vírus. Apenas a 4 de maio de 2020 foram levantadas várias das medidas impostas pelo Governo, como por exemplo, a reabertura de feiras e mercados locais, embora sendo sempre uma reabertura recondicionada. Uma das medidas a não sofrer alterações foi a “Suspensão de todos os eventos organizados pelo Município, no qual se incluem as atividades culturais, desportivas e recreativas (...)”.¹⁰ Até ao início de 2021 verificou-se uma situação com várias restrições pela constante renovação do Estado de Emergência ou de Calamidade, tornando a reabertura faseada de equipamentos culturais apenas possível a partir de 5 de abril de 2021 (TSF, 2021). Estas regras relativas ao plano de desconfinamento são as mesmas proclamadas em maio de 2020 e têm vindo a ser atualizadas consoante o panorama, pelo que esta fase de mitigação já foi utilizada por três vezes, sendo a mais recente em agosto de 2021.¹¹ Relativamente ao concelho de Ourém foram muitas as iniciativas da Câmara Municipal, para que as atividades se mantivessem regulares e presentes na vida dos ourenses. Com a pandemia a alterar todos os hábitos do ser humano, muitas foram as atividades canceladas e como tal, procedeu-se a alternativas. No Facebook do município de Ourém, passaram a existir várias atividades transmitidas online. A iniciativa de começar a transmitir via online, chamada “Ourém, em sua casa”, dividiu-se em várias áreas, passando a existir episódios por vezes semanais. Começou por se fazer uma série de episódios do tema desporto, integrando aí vídeo-aulas divididas em três categorias – “Aulas Desporto Sénior”, “Aulas Desporto para Crianças” e “Aulas desporto para todos”. A área de História foi dinamizada através de vídeos sobre lendas, a título de exemplo, o primeiro episódio intitulado “Lenda da bilha de São Jorge”. Outra das áreas incidia sobre visitas guiadas ao património de Ourém, pelo que foram transmitidos vídeos realizados na Vila Medieval de Ourém, no Museu Municipal de Ourém e por vários pontos históricos da cidade, como por exemplo, a “Fonte de Santa Teresa” ou a “Capela de São Sebastião”. As freguesias de Ourém também foram uma das áreas a ser exploradas, tendo sido efetuados uma série de vídeos apelidados por “Roteiro pelas Freguesias” para que se pudesse visitar as freguesias do concelho sem sair do lugar. Por último, com o apoio da Biblioteca Municipal de Ourém, foi criado o programa “Momentos de Leitura” onde se reúnem vários pequenos vídeos para promover a leitura aos cidadãos de todas as idades. Aqui são lidos vários excertos de livros para despertar a curiosidade de todos, enquanto não era permitido visitar a biblioteca. Desta maneira as potencialidades do digital revelaram-se neste contexto pandémico, tendo permitido produzir e disponibilizar programas culturais aos cidadãos, pelo que o planeamento das políticas públicas culturais neste sentido é ainda mais incentivado. Esta ferramenta também é útil no sentido de descentralização, pois permite aceder a certo tipo de conteúdos que de outra forma não estaria ao seu alcance.

¹⁰ Disponível em <https://www.ourem.pt/covid-19/medidas-municipais/>

¹¹ Disponível em https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2021/08/Orientacao_028_2020_act_05_08_2021.pdf

Capítulo 2

Metodologia

A investigação é marcada por vários processos distintos que se completam entre si. Em primeiro lugar, esta dissertação adota uma estratégia metodológica mista qualitativa e quantitativa. Procedeu-se a uma análise documental feita através de um mapeamento do concelho de Ourém – registo das atividades culturais, dos equipamentos culturais e dos seus agentes coletivos. Igualmente se estudou regulamentos e documentos do Município de Ourém, as suas redes sociais *online* e websites institucionais. Foi realizado um inquérito por questionário *online*, aplicado na plataforma Google Forms, sendo, posteriormente, analisados os seus dados através do software SPSS. A escolha da realização deste inquérito de forma *online* prende-se também por ser uma ferramenta bastante eficaz e rápida na chegada aos inquiridos.

In writing about using the Internet as a tool for qualitative research, argues that the way the Internet is perceived alters the possibilities for how research can utilise Internet-based technologies, and she offers a three-part definition of the Internet: Internet as a communicative medium, Internet as a global network of connection and Internet as a scene of social construction (Baker, 2013:132, *apud* Markham, 2004:95).

No caso deste estudo, o recurso a uma rede social *online*, neste caso o Facebook teve como objetivo divulgar o questionário que foi implementado a parte da população residente no concelho de Ourém. Como alude Baker “provided a network that connected the participants together as the co-participants and it was a site of social construction (...)” (2013:132), ou seja, uma rede na qual os participantes não são apenas meros participantes, mas sim, parte da construção social feita, interligando-se de forma benéfica para alcançar os resultados do estudo. Após a elaboração do questionário, este foi divulgado no Facebook por ser a ser a rede social *online* que os portugueses mais utilizam e, portanto, seria expectável que a maior parte dos oureenses não fugissem à regra. Em parte, recolhi informação também através de um método de observação direta, por ter facilidade numa aproximação à comunidade oureense, por pertencer à mesma. Neste ponto específico, o *link* do questionário para além de ser divulgado na minha página pessoal, foi também divulgado de forma direta, através do chat privado e do “passa-a-palavra” a amigos e conhecidos. Mesmo aqueles que não conhecesse e não fossem meus ‘amigos’ nessa rede social eram facilmente identificados por disponibilizarem informação sobre o sítio onde residem, nas suas páginas pessoais, o que auxiliou bastante o contacto. Porém, esta observação direta também foi muito utilizada na recolha de informações sobre os equipamentos culturais existentes, sobre mudanças que ainda não haviam sido divulgadas na Internet e atividades culturais presentes. Esta forma informal de obter conhecimento é reveladora pois, permite capturar a posição e opinião das pessoas naturalmente.

A survey questionnaire was designed to collect data that would help us obtain a better understanding of the scholarly use of Internet-based e-sources (...). The data included researchers’ demographic information, current frequency with which they used Internet tools and protocols, means of obtaining access to various Internet tools and applications, strategies for locating e-sources for their research,

opinions on citing e-sources, evaluation of Internet-based e-sources for research, and suggestions for improving their use of e-sources for research (Zhang, 2000:60).

O plano de investigação e métodos, em concreto, tem em conta hipóteses formuladas sobre a investigação, na qual se incluem um modelo analítico e de operacionalização, o desenho de pesquisa e o método de recolha de dados. Em primeiro lugar, importa referir sobre as questões de partida a esta investigação, “A perceção que os residentes de Ourém têm face à oferta cultural existente no concelho reflete a oferta realmente disponibilizada?”

Existem vários pontos inerentes a estas primeiras questões relativas à perceção dos residentes de áreas rurais à oferta cultural e através disso surgem bastantes mais questões ou mesmo problemas a abordar. E, portanto, fazer uma definição da problemática é uma forma de organização eficaz para alinhar aquilo que vamos investigar:

Problema para questão de pesquisa - A população ourense, segundo a amostra analisada no inquérito, considera escassa a oferta cultural existente no concelho?

Problema para questão de pesquisa - Como fomentar a participação cultural?

Problema para questão de pesquisa - A falta de adesão poderá estar relacionada com questões socioeconómicas, políticas e/ou culturais?

Problema para questão de pesquisa - As redes sociais *online* e o *networking* são uma ferramenta útil na promoção de atividades culturais?

Feito o balanço das problemáticas é, posteriormente, necessário traçar os objetivos primordiais do campo a estudar: (1) Compreender o impacto da oferta cultural em zonas rurais; (2) Analisar políticas públicas culturais e os públicos da cultura; (3) Explorar o impacto do *networking* e das redes sociais em relação à promoção cultural. As hipóteses a estas questões serão estudadas nos capítulos posteriores:

Hipótese 1 – Escassez de oferta cultural devido à sua localização num meio rural.

Hipótese 2 – Pouca adesão a atividades culturais por existir, predominantemente, uma população envelhecida e com menos escolaridade.

Hipótese 3 – As redes sociais *online* e o *networking* permitem uma maior visibilidade da cultura.

Em síntese, as dimensões a analisar prendem-se pela abordagem das práticas culturais de 2019 dos residentes do concelho de Ourém, contextualizando através das políticas culturais de alguns países europeus, como França, Espanha e, obviamente, Portugal. Será analisada a dimensão cultural de Ourém e dada uma contextualização da cidade e das suas respetivas freguesias. Ainda importante será dar um enfoque especial ao estudo da população ourense na rede social Facebook. E para isto, o modelo analítico será composto por três categorias: (1) mapeamento do Concelho de Ourém a nível de infraestruturas, equipamentos culturais, domínios culturais e eventos culturais do ano de 2019; (2) a cultura nos meios rurais – descentralização cultural e (3) as redes sociais e o *networking* como ferramenta para a proliferação de uma maior dimensão cultural.

Capítulo 3

Resultados

3.1 Concelho de Ourém

Ourém, cidade anteriormente conhecida por Vila Nova de Ourém, posiciona-se no centro de Portugal, pertencendo ao distrito de Santarém. Numa perspetiva sociodemográfica e segundo os Censos 2021, a população residente em Ourém é de 44.576 pessoas (PORDATA, 2021), isto quer dizer que houve um decréscimo de residentes o concelho, pois, segundo os Censos 2011, a população residente era de 45.940, fazendo um total de menos 1.364 residentes. Também, segundo os Censos 2011, apresenta uma população predominantemente em idade ativa, sendo que por cada 100 residentes, existem 12 jovens com menos de 15 anos, 66 adultos e 22 idosos (Anexo A). Em relação à escolaridade da população, tem vindo a notar-se um aumento significativo na aposta em educação, de 2001 para 2011, como podemos observar no Anexo B. Houve um decréscimo da população sem nível de escolaridade, sendo o que mais se destaca por ter passado de 24% de população sem escolaridade para 15%, uma descida de 9% que certamente marcou esta década em Ourém. Estes dados vêm refutar a **Hipótese 2** – Pouca adesão a atividades culturais por existir, predominantemente, uma população envelhecida e com menos escolaridade. A oferta e a procura culturais encontram o seu maior desequilíbrio em zonas rurais visto serem constituídas por pessoas com um nível escolar e profissional mais baixo (Gomes e Lourenço, 2009:12). Mas pelas estatísticas analisadas, pelo mapeamento feito do concelho de Ourém e pelo questionário analisado mais à frente, pudemos comprovar que esta hipótese não corresponde à realidade ourense. Neste caso existe uma população predominantemente ativa e com uma maior escolaridade atualmente. No patamar contrário, a evolução do número de residentes com o ensino superior registou um aumento de 5%. A composição do concelho ourense é feita por 13 freguesias, sendo umas delas, considerada também cidade – a freguesia de Fátima. As restantes freguesias são as seguintes: Alburitel; Atouguia; Caxarias; Espite; Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais; Gondemaria e Olival; Matas e Cercal; Nossa Senhora da Piedade; Nossa Senhora das Misericórdias; Rio de Couros e Casal dos Bernardos; Seiça e por último, Urqueira. Este concelho é bastante conhecido por ser um centro histórico de Portugal, pois alberga um Castelo; Castelo este onde outrora se fizeram algumas visitas, e que se encontrava até há pouco tempo em reabilitação, tendo reaberto ao público em julho de 2021. O concelho é também bastante conhecido pela sua freguesia/cidade de Fátima, onde, terão ocorrido as aparições de Nossa Senhora de Fátima, em 1917. Isto torna o concelho de Ourém um dos pontos centrais do turismo em Portugal, onde milhares de crentes regressam todos os anos. Neste sentido, muitas das atividades feitas para dinamizar Fátima são iniciativas religiosas. Não obstante, Ourém continua com uma situação irregular e relativamente baixa, quanto à despesa em atividades culturais e desportivas. Segundo os dados do INE presentes na plataforma Pordata ¹² o total de despesa nestas áreas, como podemos ver no Anexo C e D, em 2001, foi de 16,6%, tendo o seu pico de decréscimo entre 2013

¹² Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

(4,2%) e 2014 (5,1%), altura de uma das maiores crises financeiras registadas em Portugal (2010-2014). Nos restantes anos foi aumentando aos poucos e poucos, a sua despesa, embora ainda muito baixa em comparação com o início do século XXI. No último registo, em 2019, assinalou uma despesa de 9,8%.

3.2 Mapeamento das atividades culturais de Ourém

Ao fazer um breve mapeamento do setor cultural de Ourém foram vários pontos que me chamaram a atenção sobre o modo como era anunciada a programação cultural de Ourém. Em primeiro lugar, uma das formas utilizadas é a reunião dos eventos culturais num suporte; neste caso, a Agenda Cultural de Ourém, é a brochura utilizada para informar os cidadãos. No entanto, esta agenda apenas se refere aos primeiros seis meses do ano (Janeiro a Junho), sendo que certos eventos não são apresentados na mesma. Os restantes meses, nos quais também se realizam vários eventos só são referidos no site do município e nas redes sociais da Câmara Municipal de Ourém. Em segundo lugar, a Agenda Cultural de Ourém teve a sua 1ª edição em 2018, mas essa não está presente no formato de brochura no site do município, é disponibilizada apenas uma agenda cultural alusiva ao mês de Dezembro, pelo que talvez a Agenda completa tenha sido apenas impressa. A edição de 2019 referente aos meses de Janeiro até Junho, está presente até à data, no site. No entanto, a segunda parte da Agenda Cultural de 2019 (de Julho a Dezembro), não se encontra disponível na plataforma. Depois de alguma pesquisa, verificou-se que esta segunda parte da 2ª edição de 2019 se encontra na plataforma “issuu”, destinada a converter e publicar *PDF's* como publicações digitais, onde Ourém tem uma página pública com algumas publicações. Já a 3ª edição, relativa ao ano 2020, está presente tanto no site do município como na plataforma “issuu”, embora apenas acerca dos primeiros 6 meses do ano. O presente ano, 2021, tem a sua agenda na plataforma “Viral Agenda” que reúne todas as agendas culturais do país. Uma das outras opções de informação relativa a eventos, é pesquisar através da data que se quiser. Embora, haja estas duas opções de informação, seria mais coerente a existência de uma Agenda Cultural publicada sempre no mesmo sítio e que tivesse a programação do ano todo, mesmo que separada por duas brochuras. Aliás, mesmo que a sua presença estivesse na “Viral Agenda” ou na “issuu”, deveria constar sempre primeiro, no site oficial do Município de Ourém.

De forma a analisar os eventos culturais de Ourém, foram introduzidos em tabelas (em formato de base de dados) Excel os realizados nos primeiros seis meses do ano de 2019, os equipamentos culturais do concelho de Ourém e uma lista dos seus agentes coletivos agrupados por freguesia. Como podemos ver no Anexo F, as atividades culturais presentes nos primeiros seis meses, são destinadas maioritariamente a um público infanto-juvenil, no entanto muitos deles também se realizam em conjunto com adultos. Nestes 64 eventos mencionados, são repetidos os seguintes “Danças com Família”, “Mini Yoga entre Livros”, “Danças com Livros”, “Danças Europeias”, “Biodiversidade Oureense”. É repetido também o evento “CenOurém XXI Festival de Teatro Amador” embora apenas anualmente durante alguns meses, ao passo que os restantes

eventos mencionados são repetidos praticamente mensalmente e também estão presentes na outra metade do ano, como consta na Agenda Cultural de Ourém¹³ entre julho e dezembro, para consulta na plataforma *issu*.

Como descrito na respetiva tabela, os eventos foram classificados por domínio. O domínio adotado é adaptado pela definição apresentada pela Eurostat (2018)¹⁴ e baseado na Cartografia Cultural de Cascais (Santos et al., 2005) Tal como descrito são apresentados 9 domínios culturais: (1) Património cultural; (2) Arquivos; (3) Bibliotecas; (4) Arquitectura; (5) Artes visuais; (6) Artes performativas; (7) Livros e imprensa; (8) Audiovisual/multimédia; (9) Interdisciplinar. Estes domínios culturais apresentam seis funções: (a) criação; (b) a produção/publicação; (c) disseminação/comércio; (d) preservação; (e) educação e a (f) gestão/regulação. Na tabela elaborada podemos constar que os domínios mais frequentemente apresentados na programação cultural são referentes às (5) Artes visuais e as (6) Artes performativas, embora alguns dos eventos, como espetáculos de música ao vivo, não constem na Agenda Cultural de Ourém estes são referenciados nas redes sociais *online*. Uma programação cultural diversificada que apresenta uma oferta cultural igualmente variada é constituída por quatro movimentos que constituem as práticas culturais. O primeiro caracteriza-se pela existência de equipamentos culturais ou não culturais que permitem a realização de eventos que por sua vez nos conduzem ao seguinte ato, definido pela fruição dos públicos. Num terceiro patamar é determinada a realização de atividades culturais e um quarto nível que se relaciona com o comparecimento a estes eventos (Conde, 1996: 118). No Anexo G, são apresentadas as tabelas onde constam os equipamentos culturais do concelho distribuídos por freguesia. De forma a contextualizar, os equipamentos (infraestruturas), dividem-se em duas formas: os equipamentos culturais e os equipamentos não culturais. A sua definição difere quanto às suas funções, ou seja, um equipamento cultural é aquele que tem como atividade principal a realização de atividades de carácter cultural. São exemplos deste, um museu, um centro cultural ou uma biblioteca. Um equipamento não cultural no qual a sua utilização se divide entre eventos das mais diversas áreas, mas também apresentam uma atividade cultural regular, como por exemplo, um pavilhão desportivo ou uma sede de junta de freguesia (Santos *et al*, 2005:125). Podemos verificar que a freguesia N.ª Sr.ª da Piedade é aquela que possui mais equipamentos culturais e não culturais, com 15 equipamentos identificados, fazendo concorrência à freguesia de Fátima, com 12. Das 13 freguesias existentes no concelho de Ourém, apenas a freguesia Urqueira não consta na tabela, por não existir informação relativa à existência de equipamentos culturais ou não culturais. É possível observar uma grande incidência de centros sociais que foram assinalados exatamente, por se tratar de estruturas polivalentes que por vezes, possuem uma programação cultural. Estes concentram-se essencialmente nas freguesias com maior densidade populacional – Fátima e N.ª Sr.ª da Piedade, como podemos confirmar na tabela presente no Anexo H.

Na tabela do Anexo G, acerca de equipamentos culturais e não culturais, constatamos que o Teatro Municipal de Ourém e o Castelo de Ourém foram recentemente requalificados, o que se tem refletido na

¹³ Agenda Cultural de Ourém: janeiro – dezembro 2019
(https://issuu.com/municipiodeourem/docs/agenda_cultural_jul_dez_2019)

¹⁴ Disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/3859598/9433072/KS-GQ-18-011-EN-N.pdf/72981708-edb7-4007-a298-8b5d9d5a61b5?t=1544174403000>

afluência de pessoas a visitar os mesmos. Embora não haja dados estatísticos disponíveis, é possível através de uma observação empírica através das fotografias publicadas pelas redes sociais *online* da Câmara Municipal de Ourém, que as atividades que começaram a ser realizadas têm sido frequentadas de forma regular. Como referem Gomes et al. (2006: 26), a recuperação de estruturas patrimoniais e a construção de equipamentos culturais é uma das primeiras medidas a ter em conta para que haja uma proliferação cada vez maior de novos programas culturais que alberguem uma regularidade de eventos e tenham o propósito de um crescimento cultural. Relativamente aos agentes culturais coletivos presentes no concelho de Ourém, foi também elaborada a tabela, presente no Anexo I, que reúne estes agentes. Segundo Santos *et al.* (2005), os agentes culturais coletivos constituem-se por grupos/associações existentes, como as associações culturais, as bandas filarmónicas, companhias de teatro ou de dança, entre outras. Podemos observar que a maior parte dos agentes culturais situam-se nas áreas de maior densidade populacional como é o caso de Fátima com 22 agentes culturais e a N.^a Sr.^a da Piedade com 20. Por ordem decrescente apresenta-se a freguesia N.^a Sr.^a das Misericórdias (14), Freixianda, Ribeira de Fárrio e Formigais a par com Gondemaria e Olival (9), Rio de Couros e Casal dos Bernardos (7), Seiça (4), Alburitel e Atouguia (3) cada uma, Caxarias, Espite, Matas e Cercal e Urqueira (2), respetivamente. Como podemos observar, a maior parte são associações culturais, isto quer dizer, conjuntos de pessoas que se agrega com o intuito de organizar e realizar atividades do foro cultural sem que haja fins lucrativos (Santos *et al.* 2005: 350). São classificadas conjuntamente como associações de cariz cultural, recreativo, social ou desportivo exatamente por criarem atividades, difundir informações e animações de variadas áreas sem que nem sempre se foquem apenas numa.

Relativamente às despesas da câmara de Ourém em cultura e desporto, como podemos observar no Anexo J, a tabela descritiva pelo domínio cultural, observamos que os dados da Pordata revelam que 2013 para 2019, a despesa teve um aumento significativo nos seguintes domínios: Património cultural; Livros e Publicações; Artes do espetáculo; Atividades interdisciplinares e em Atividades desportivas. No entanto, no domínio Bibliotecas e arquivos, esta despesa baixou para metade, como podemos verificar na tabela abaixo. As artes visuais viram a sua despesa diminuída não por muito e o domínio Audiovisual e Multimédia continuou marcado pela falta de presença de investimento, permanecendo de 2013 para 2019 com 0%. Relativamente ao domínio de Outras, este teve uma descida considerável.

3.3 Análise do inquérito e discussão dos resultados

A análise dos dados do inquérito realizado a parte da população do concelho de Ourém, obteve a resposta 216 pessoas e veio revelar a perceção dos residentes do concelho de Ourém em relação à oferta cultural existente. Sobre estes 216 inquiridos foi possível traçar um perfil sociodemográfico demonstrando que a maior parte são do sexo feminino, a média de idades situa-se entre os 22 e os 24 e a maior parte apresenta um nível de escolaridade superior, mais especificamente, uma licenciatura. De um modo geral este inquérito avaliou a forma como um fragmento desta população encara o panorama cultural do seu local de residência, bem como, os seus hábitos culturais.

O questionário realizado encontra-se no Anexo L para consulta, sendo que será feita uma análise e interpretação dos dados, seguindo uma lógica de pergunta a pergunta neste segmento. Em relação à primeira questão foi pedido para os inquiridos assinalarem as opções que para si representassem uma “atividade cultural”, podendo selecionar mais do que uma opção. Esta questão tinha como objetivo perceber se haveria ou não uma discrepância muito alta entre a escolha de atividades e entender se os respondentes assinalavam mais aquelas que estão relacionadas de algum modo com uma génese artística, como foi o caso das principais atividades assinaladas: “Cinema”, “Espetáculos de dança/teatro”, “Exposições”, “Concertos” e “Museus”. Isto veio comprovar a existência da perceção de atividades culturais como algo ligado à cultura cultivada, mas também como é feita uma conceção sob uma perspetiva ligada ao olhar comum sobre as atividades culturais como aquelas que se formam através de uma cultura definida pela tradição e os costumes populares, como foi o caso da opção “Eventos tradicionais” que foi assinalada por 89,4%. Como podemos observar, na figura 1, a maior parte dos inquiridos assinalou praticamente todas as questões, verificando-se uma menor concordância quantos às atividades “Conferências” (27,8%), “Workshops” (35,6%) e as “Cerimónias religiosas” (36,6%). Podemos atentar que a opção “Espetáculos de dança/teatro” é aquela que gerou mais concordância entre os respondentes, apresentando uma percentagem de 90,7%. De seguida e por ordem decrescente, 89,4% consideraram que “Eventos tradicionais” também se encaixa como atividade cultural, 84,7% assinalaram a opção “Museus”, 83,8% marcaram “Exposições”, 83,3% concordaram com a opção “Concertos” e 74,1% marcou também “Cinema”. Por último, a opção “Outra(s)” foi assinalada por 7,9% dos inquiridos.

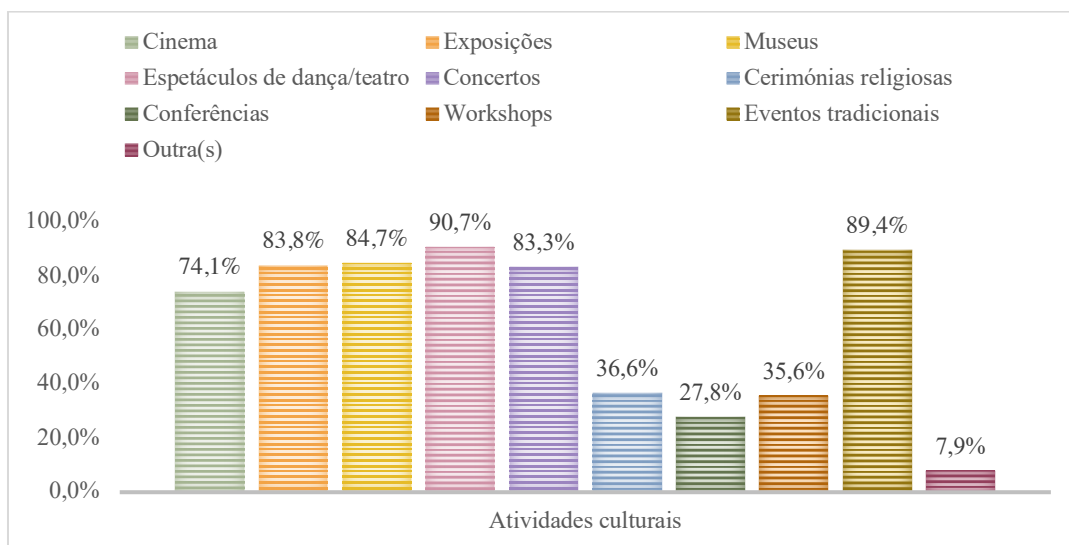


Figura 1- "Selecione as opções que para si representam uma atividade cultural."

Numa segunda questão, pretendia-se analisar quais os motivos porque participam ou já participaram nestas atividades culturais que foram expostas anteriormente ou outras. Claramente, a razão mais apontada é o “Entretenimento” com uma taxa de resposta de 36,9%. O “Enriquecimento cultural” foi a segunda opção mais assinalada revelando 31,5%. Podemos também observar que apesar de não ser a mais assinalada, a “Influência de familiares, amigos ou conhecidos” revela uma significativa importância, com uma percentagem de 20,5%, na relação aos motivos pelos quais os respondentes participam em atividades culturais. Os motivos menos apontados são relacionados com o “Trabalho” (6,6%) e a “Atividade académica” (4,3%).

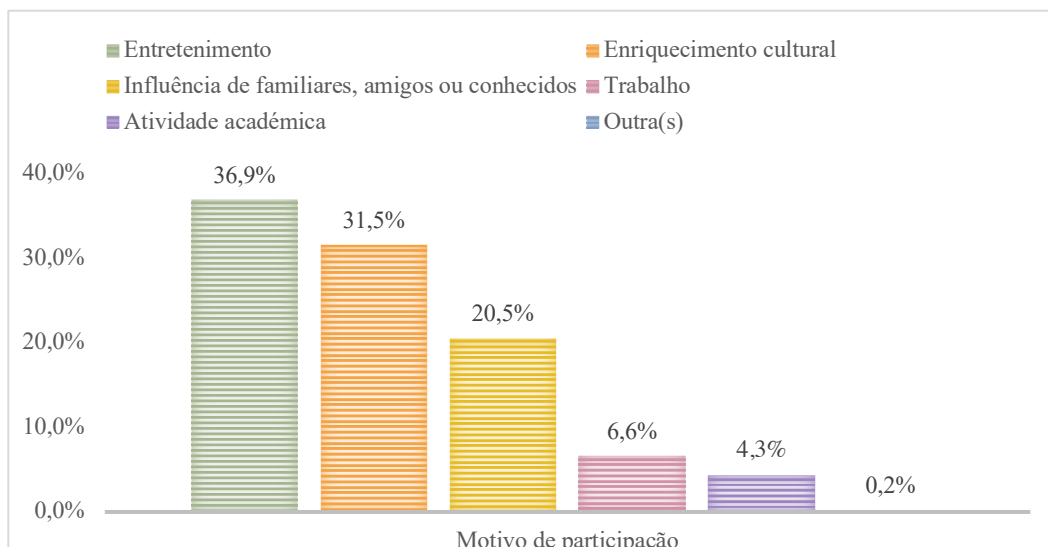


Figura 2 - "Indique o motivo pelo qual participa ou já participou neste tipo de atividades."

A terceira questão do inquérito por questionário procura saber se em 2019, os participantes deste questionário compareceram a algum tipo de atividade cultural. Segundo o que foi apurado, em 2019, 91% dos inquiridos participaram nalgum tipo de atividade cultural, revelando assim apenas uma pequena porção daqueles que não participaram (9%). Isto veio revelar que a amostra analisada evidenciou o consumo de atividades culturais e hábitos culturais bastante acentuados no ano de 2019. Através desta questão é refutada a ideia de que a participação cultural é fraca, visto que mesmo com poucos eventos numa zona rural, o consumo pode ser igualmente imenso.

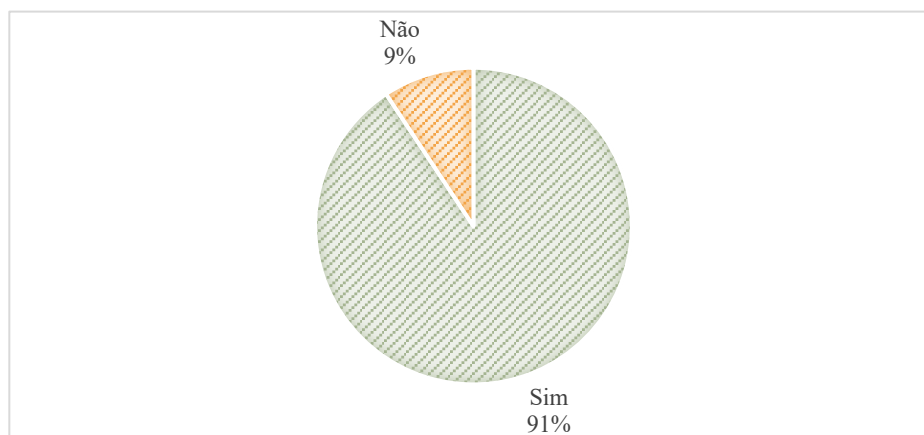


Figura 3 - "Indique o motivo pelo qual participa ou já participou neste tipo de atividades."

A questão que se segue relaciona-se com esta questão anterior, sucedendo que de forma a aprofundar os hábitos culturais da população ourense, foi perguntado quais foram as atividades culturais que os participantes frequentaram no ano de 2019. Conseguimos entender que 68,4% participaram em “Eventos tradicionais”, em segundo lugar a atividade mais frequentada foram os “Concertos” (65,8%) e em terceiro, 62,2%, frequentaram o “Cinema”. Com uma frequência muito aproximada estão as atividades “Museus” (50%) e “Exposições” (51%). Os “Espetáculos de dança/teatro” foram frequentados 45,9% e as “Cerimónias religiosas” apesar de anteriormente não terem sido a atividade mais assinalada quanto à definição de atividade cultural, foram frequentadas por 37,8%. Os “Workshops” e as “Conferências” estão quase sempre ao mesmo nível, não tendo sido desta vez exceção, tendo sido frequentadas por 27% e 21,9%, respetivamente. Apenas 3% assinalou a opção “Outra(s)”. Embora a participação, em 2019, tenha sido elevada, podemos comprovar nesta análise que se prendeu mais intensamente por eventos culturais do foro tradicional, tendo a amostra, participado em “Eventos tradicionais” como são exemplo, festas populares, feiras tradicioanis/gastronómicas. Os concertos, em segundo lugar mais votado, demonstra como são os eventos mais alimentados pelo público em geral, sendo a atividade que apesar de poder ser encaixada numa modalidade elitista, é também uma das mais comuns a todos. Os espetáculos de dança/teatro, museus e exposições são as que se situam mais perto umas das outras, tendo uma adesão parecida, fixadas num ponto intermédio. Como seria de esperar, as atividades conferências/workshops iam ser as opções com menos adesão visto não terem que ser obrigatoriamente ligadas a algo cultural/artístico. No entanto, uma das opções que surpreendeu, foi a atividade religiosa que revelou não ter tido muitos participantes. Visto ser um concelho tão religioso, no qual a maior parte das atividades são ligadas nesse sentido, seria de esperar ver mais adesão.

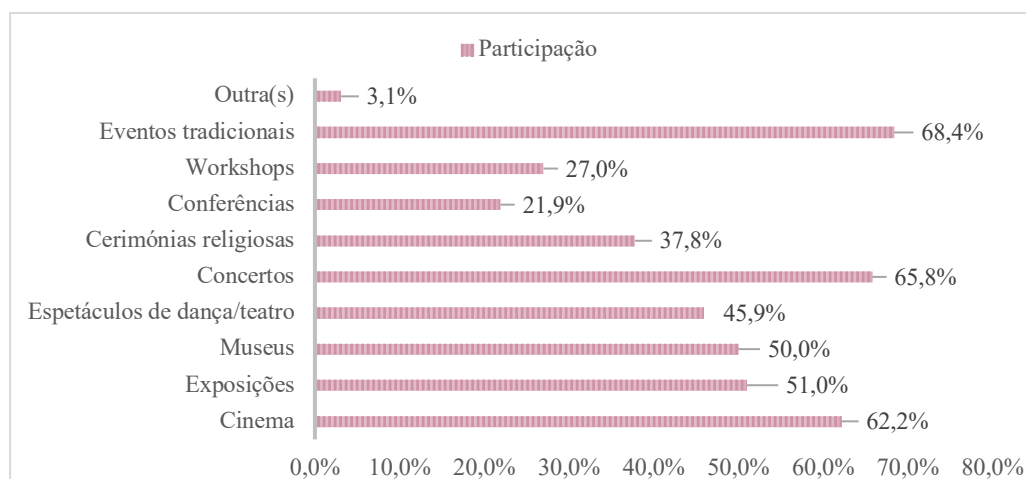


Figura 4 - "Em que tipo de atividades participou?"

O objetivo passava também por perceber quais os motivos por detrás da não participação em atividades culturais, de maneira a compreender se se tratava apenas de uma questão de interesse/preferência ou se se devia a condicionantes incontrolláveis como o espaço/tempo e a situação financeira dos respondentes. Na figura 5, como podemos testemunhar obtivemos como principal motivo apontado a “Falta de tempo” que 60% assinalou. A segunda maior atribuição (30%) foi dada à opção “As atividades tinham lugar numa localidade distante”. Com 20% ficou a opção “Preferência em investir noutro tipo de atividade”. Curiosamente, apenas 15% dos

inquiridos selecionou como motivo apontado a “Falta de interesse” e a “Falta de recursos financeiros”. Em último lugar, obtivemos a resposta de 10% dos inquiridos em relação a “Outra(s)”. O motivo assinalado por estes respondentes foi a seguinte – “Não existe cultura no concelho de Ourém.”. Embora esta afirmação seja errónea, como já pudemos constatar nos capítulos anteriores, é de certa forma importante referi-la de modo a ter uma noção mais abrangente da opinião ourensense relativamente ao seu concelho. Através desta amostra pudemos observar que a falta de adesão não tem sido um problema como esperado e que o motivo da não adesão dos inquiridos se deveu à falta de tempo que como vimos, representa 60% dos respondentes. Nesta parte, entendemos também, mais uma vez que há uma tendência de pergunta para pergunta de não participação por não haver eventos culturais no concelho, nesta questão vimos que 30% considerou que as atividades existentes ocorriam numa localidade distante. Somente 15% demonstraram que a estrutura económica era o que dava origem à não participação o que nos permite compreender que apenas uma pequena parte considera esse fator como fator significativo para não participar. De qualquer forma, o problema mencionado no Capítulo 2 – Metodologia – “A falta de adesão poderá estar relacionada com questões socioeconómicas, políticas e/ou culturais?” também já foi comprovado por inúmeros estudos, pelo que embora esta amostra demonstre que a falta de adesão se deve a uma falta de tempo e não de recursos financeiros, conseguimos entender, como reitera Neves (2001:1) que as práticas culturais são ligadas a um grupo de intervenientes mais jovem, com mais escolaridade, com uma classe mais alta e àqueles que residem em meios urbanos.

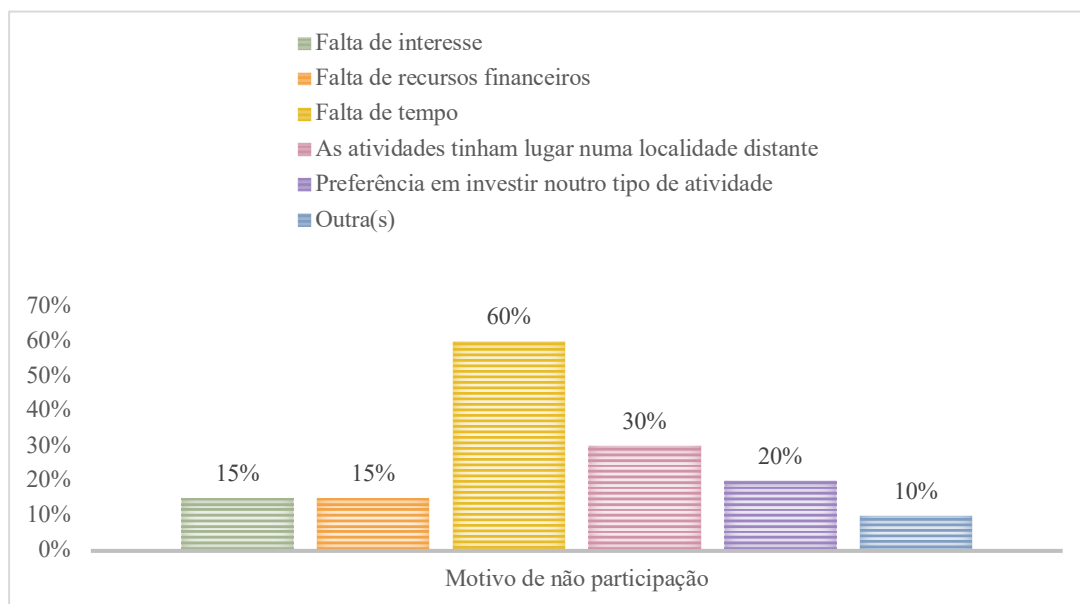


Figura 5 - "Qual o motivo pelo qual não participou?"

Posteriormente, de forma a compreender os seus hábitos e perceber como se relacionam com as atividades culturais, foi questionado o modo como frequentam essas atividades. Se acompanhados ou sozinhos. A maioria indicou a preferência de ir “Acompanhado” (98%) e apenas 2% assinalaram a opção “Sozinho”.

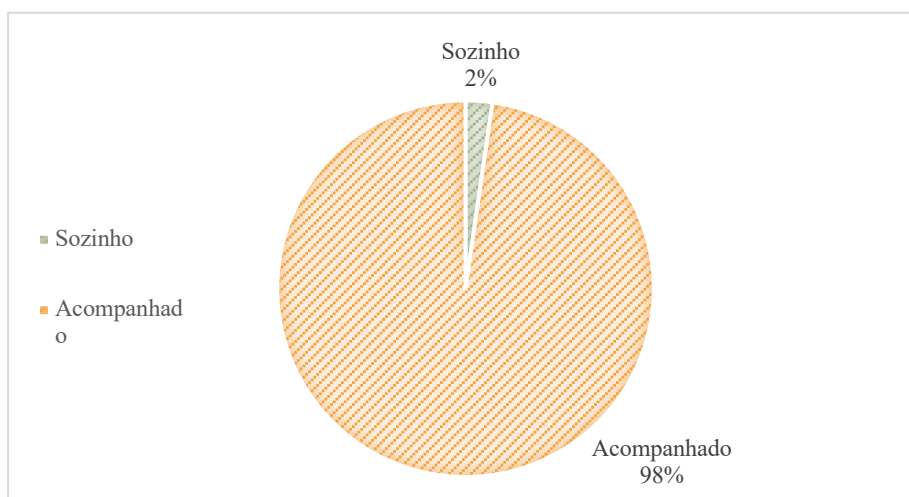


Figura 6 - "Habitualmente, quando frequenta alguma atividade cultural costuma ir:"

De modo a entender qual a forma mais utilizada para ser informado de atividades culturais e se existia também uma predominância nos meios digitais foi feita a questão que se apresenta na Figura 7. Aí podemos concluir que a forma mais utilizada é o “Facebook” com uma percentagem de resposta de 87%, seguidamente pela opção “Amigos” com 82,9% e “Passa-a-palavra” com 72,2%. Em quarto lugar, a opção “Familiares” (66,7%). Com uma escolha bastante elevada está também a “Publicidade” apresentando-se com 57,9% e a opção “Instagram” com 45,8%. A “Agenda Cultural municipal” embora não esteja entre as mais selecionadas contempla uma seleção de 30,1%. Já os meios mais tradicionais, como o “Jornal regional” e o “Jornal nacional” registam 21,3% e 7,4%, respetivamente. O “Website do município” regista 14,8% das respostas. Por último, a rede social *online* “Twitter” ao contrário das outras mencionadas, é pouco utilizada pelos respondentes, sendo que apenas 10,6% usufruem dela para obter informação. A opção “Outra(s)” foi marcada por 10% dos inquiridos sem que fornecessem exemplos de outras. Esta questão marcou o início de uma parte do questionário ligada a um dos problemas identificados na metodologia, sobre o *networking* e as redes sociais. Como constatamos, a plataforma mais utilizada para estar a par de atividades culturais é, sem dúvida, o Facebook. Seguidamente da rede familiar e de amigos que conseqüentemente fazem uso do “passa-a-palavra”. Desta forma, podemos deduzir que os residentes valorizam bastante as ligações das suas redes de laços emocionais e fazem um grande usufruto de plataformas de presença digital. Estas respostas, demonstram o facto deste “marketing” social/familiar que ajuda a que chegue a mais pessoas o aparecimento de atividades da cultura. Assim sendo, a **Hipótese 3** – As redes sociais e o *networking* permitem uma maior visibilidade da cultura; é uma hipótese confirmada na medida em que observamos a forte presença no digital e nas ligações interpessoais, tornando a cultura mais presente no discurso e nos hábitos da população. Tal como reitera Konstanteli et al. (2015: 196) o recurso às redes sociais online permite uma experiência cultural exclusiva para além de permitir a observação mais imediata da aproximação de eventos ao público, bem como a sua opinião.

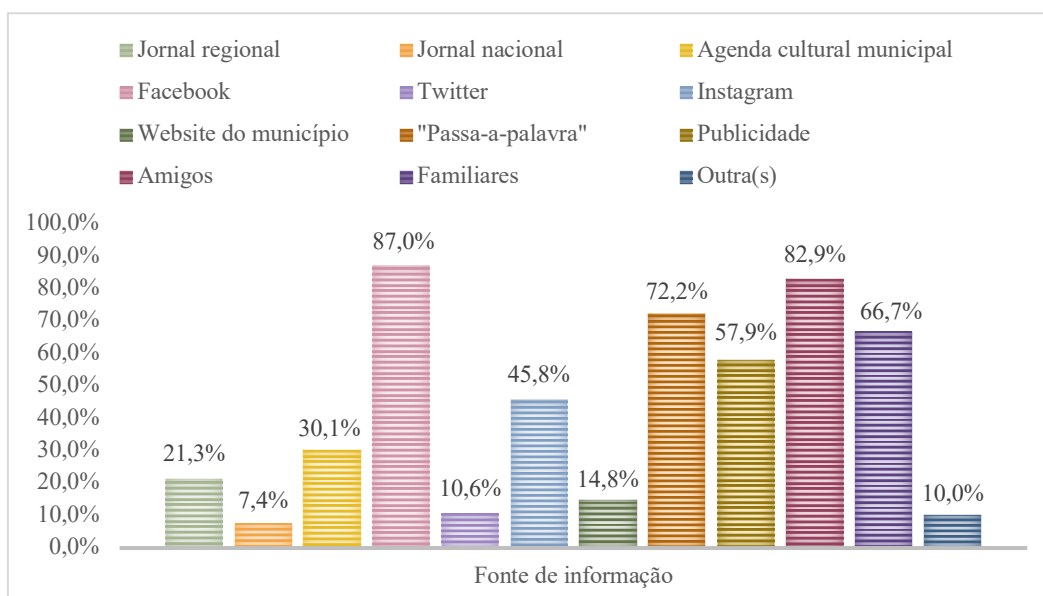


Figura 7 - Indique de que forma se mantém informado(a) das atividades culturais do seu concelho de residência:"

Nesta parte do questionário foi dado destaque ao modo como se relacionam os habitantes de Ourém com as redes sociais *online*. Na Figura 8 é claramente visível que quase toda amostra observada é utilizadora, verificando-se que apenas 1% não utiliza redes sociais *online*. Isto vem comprovar, mais uma vez, a presença digital dos ourenses e que o método de utilização do plano digital para a promoção da cultura, só irá beneficiar.

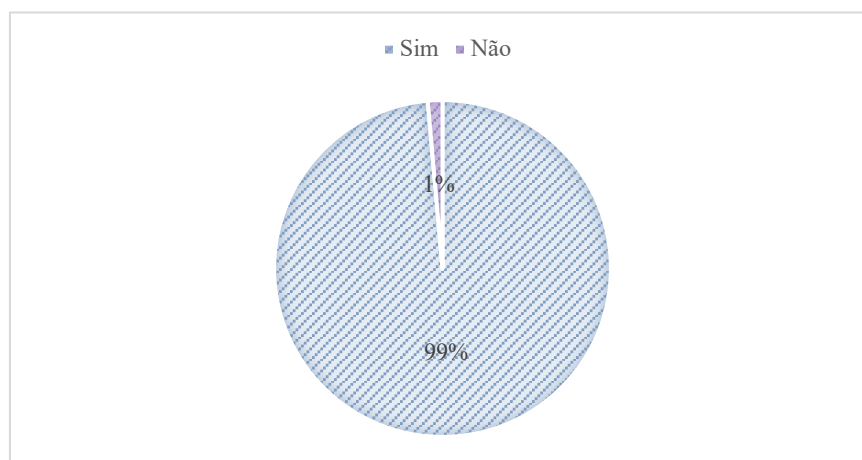


Figura 8 - "É utilizador de redes sociais?"

Na mesma linha de orientação, foi perguntado quais as redes sociais *online* utilizavam os respondentes bem como a sua frequência. As redes sociais mais utilizadas, que os inquiridos revelaram ser as que usam "Várias vezes ao dia", por ordem decrescente são o "Instagram" (61,5%), o "WhatsApp" (52,5%), o "Facebook" (48,8%), o "YouTube" (34,2%), o "Twitter" (17,8%) e por fim, o "LinkedIn" (2,3%). A opção "Diariamente" foi mais utilizada para o "YouTube" (36,6%), o "Facebook" (34,3%), o "WhatsApp" (26,2%), o "Instagram" (18,7%), o "Twitter" (9,4%) e o "LinkedIn" com 7,9%. Relativamente, à opção "Semanalmente", foi mais selecionada para as redes sociais *online*, "YouTube" (23%), "LinkedIn" (19,2%), "Facebook" (10,3%), "WhatsApp" (8,9%) e "Instagram" e "Twitter" ambos com 4,2%. Por ordem decrescente, as redes que os

utilizadores consideraram utilizar raramente são o “LinkedIn” (18,3%), o “Twitter” (8,5%), o “WhatsApp” (7%), o “YouTube” (5,1%) e o “Facebook” (4,7%). As redes que mais foram consideradas nunca utilizadas pelos inquiridos foram o “Twitter” (60%), o “LinkedIn” (52,1%), o “Instagram” (13,1%), o “WhatsApp” (5,1%), o “Facebook” (1,9%) e o “YouTube” (0,9%). Mais uma vez, podemos constatar que o Facebook continua a ser a plataforma de rede social *online* com mais presença no concelho, sendo a mais utilizada pelos respondentes. Conseguimos também observar que há uma forte presença digital visto só o Twitter e o LinkedIn apresentarem resultados altos em relação a nunca serem utilizadas.

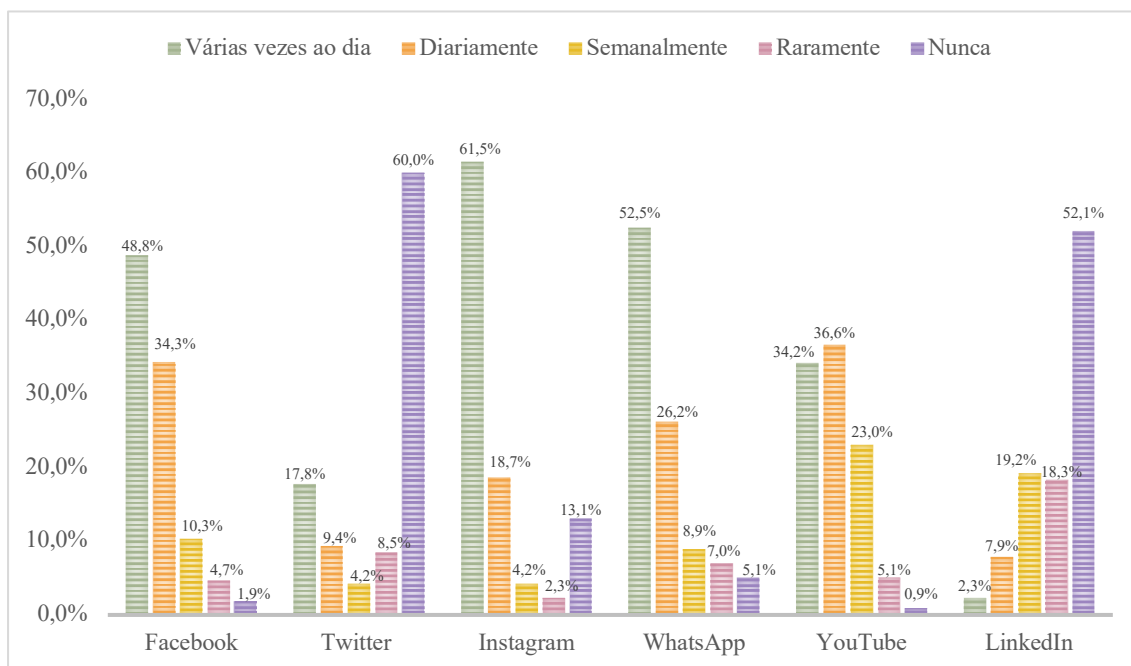


Figura 9 - "Indique as redes sociais que costuma utilizar, bem como a sua frequência."

A Figura 10 mostra os resultados dos formatos em que preferem informar-se sobre atividades culturais. Podemos constatar que o “Formato digital” com 62,5% é aquele que é mais utilizado pelos inquiridos, mas estes preferiram também, que tanto se informam através de um formato digital como de um formato em papel (32,4%). Da amostra, apenas 5,1% se informam através do “Formato papel”. Sabendo agora que tanto o formato digital como o formato papel são utilizados, pode dizer-se que faz sentido a utilização dos dois métodos para divulgar informações relativas à cultura.

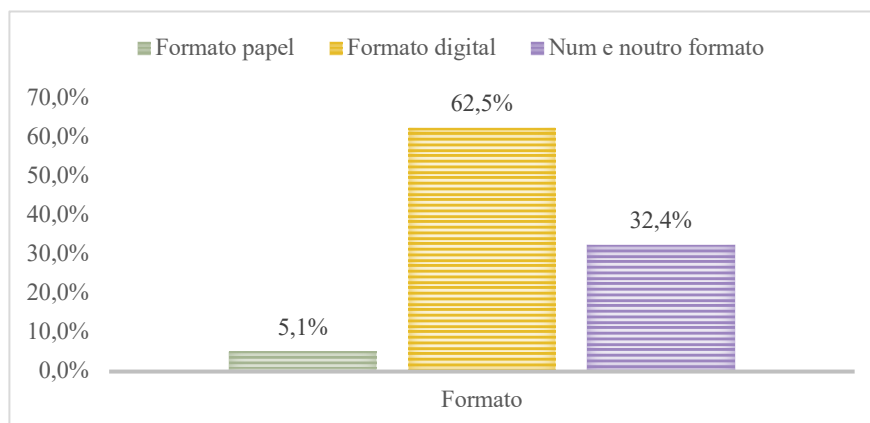


Figura 10 - "Em que formato prefere informar-se sobre atividades culturais?"

Entramos agora numa parte ainda mais focada na relação dos inquiridos com as atividades culturais existentes. Neste ponto quis perceber-se se os residentes tinham hábito de se deslocar para fora do concelho de forma a participar em atividades culturais. Como podemos observar na Figura 11, a maior parte dos respondentes, mais concretamente, 91%, afirmou que “Sim” e apenas 9% dos inquiridos disse que “Não”. Isto vem reforçar a contínua perceção de que as atividades culturais, existem predominantemente fora do concelho.

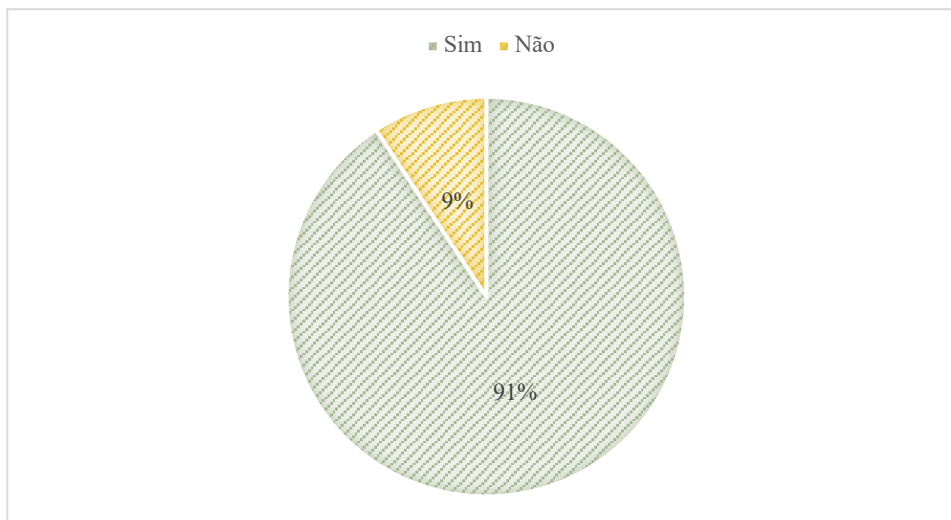


Figura 11- "Costuma deslocar-se para fora do seu concelho de residência para participar em atividades culturais?"

Interligada a esta questão, surge a questão que melhor define a visão dos habitantes analisados, visto que é pedido para avaliarem o seu grau de satisfação em relação à oferta cultural. Observamos assim que 50% dos inquiridos revelam estar insatisfeitos com a oferta disponibilizada e que 36,1% diz estar satisfeito. Tanto a avaliação “Muito insatisfeita” como “Muito satisfeito” obtiveram poucas respostas sendo consideradas por 8,3% e 5,6%, respetivamente. Com esta avaliação percebemos que a **Hipótese 1** - Escassez de oferta cultural devido à sua localização num meio rural; mencionada inicialmente, embora seja confirmada no mapeamento realizado do concelho, não se confirma apenas por haver uma escassa oferta cultural ou por esta ser localizada num meio rural, mas também pela programação cultural do concelho não ser percecionada como suficiente ou suficientemente boa.

Ainda na mesma linha orientadora, foi perguntado que atividades gostariam que existissem no seu concelho de residência, deixando que fosse uma resposta livre na qual os inquiridos pudessem escrever as suas sugestões. Como expectável, a resposta livre permite que os inquiridos se alonguem para além do que foi pedido, pelo que alguns tecem apenas alguns comentários que, embora relacionados, não foram o pedido. No entanto, revela ser uma forma eficaz para compreender com mais profundidade a visão que a população tem sobre determinado assunto. Dos 216 participantes apenas 150 escreveram a sua opinião/sugestão. As respostas mais comuns identificam as atividades culturais – concertos, cinema, teatro, exposições e eventos tradicionais – como as que gostariam que houvesse no concelho de Ourém. Embora sejam estas as mais pedidas, também são as que acontecem com mais frequência segundo, a Agenda Cultural de Ourém e as redes sociais *online* de Ourém, como já analisamos. Apenas o cinema não está presente no concelho, pois só há pouco tempo é que o Cineteatro Municipal de Ourém foi remodelado. Esta observação demonstra que embora haja uma oferta

cultural consistente, falta existir uma maior diversificação do programa cultural, para além da existência de atividades direcionadas para um público-alvo mais abrangente. Ainda na mesma linha de sugestões os inquiridos propõem a sugestão de exposições mais diversificadas e que sejam nacionais, revelando um interesse pela exploração portuguesa artística. Uma das curiosidades apontada é o facto de grande parte dos inquiridos sugerirem atividades realizadas por artistas residentes, revelando um interesse geral pela participação cultural – “Espetáculos artísticos com participação externa dos residentes”, “Mais apoio da câmara na criação de eventos com participação de artistas do concelho”, “Feira de divulgação dos produtos da terra” e “Mais eventos para promover e dar a conhecer a nossa terra e vila medieval” são alguns dos comentários feitos pelos inquiridos. O que vem reforçar a importância dos residentes valorizarem o que há internamente e quererem explorar mais esse lado, querendo contudo um maior apoio de medidas que permitam esses acontecimentos, ou seja, apoios da câmara para que o consumo cultura seja feito dentro do concelho, sem recorrer a outros locais. Reforçando o ponto de Matoso *apud* Bennett (2008) na ideia de que há uma obrigação dos governos de promover a diversidade cultural e a igualdade de oportunidades. Outra dos pontos mencionados é o pedido de atividades laicas, que é ponto que já foi referido e que continua a ser constante a sua referência pois, como é um concelho com a particularidade de ter bastantes eventos não laicos pela sua história, muitas vezes foca-se nisso, não só por ser berço de religião como por chamar milhares de turistas todos os anos para esses acontecimentos. Desta forma, também as atividades culturais para um público mais jovem são referenciadas como uma posição a ter em conta reforçando a avaliação que deve ser feita para a formação de públicos. São referidos pelos inquiridos o desejo de festivais de cinema, de cultura pop, banda desenhada e festivais de música com acampamento. Também curioso é o facto de haver uma divergente opinião radical de perceção. Isto é, enquanto temos uma grande parte a afirmar “Existirem já era bom”, temos no lado contrário a declaração “Para além dos que já existem, não acrescentava mais nada”. Sobre os teatros, uma das sugestões apontadas é a passagem de um teatro itinerante, o que pode ser uma aposta num programa cultural diferente sem sair do mesmo registo. A segunda sugestão mais mencionada são os espetáculos de humor/*stand-up comedy*. Por último, os inquiridos sugerem que gostaria de ver no seu concelho mais oficinas de arte, mais workshops em diferentes áreas (sustentabilidade/saúde/jardinagem), tertúlias/colóquios políticos ou de outros temas, eventos tauromáquicos a dinamização mais profunda de espaços dedicados a desporto e dança.

Relativamente aos dados sociodemográficos dos residentes, foi apurado que a amostra se dividia entre quatro grupos de idade (Figura 13), dos 14 a 21 (26,9%); dos 22 a 24 (30,1%); dos 25 a 31 (18,5%) e dos 32 aos 68 (24,5%), havendo uma maior representação entre os 22 a 24 (30,1%). Pode-se avaliar que 57% dos respondentes eram do sexo feminino e 44% do sexo masculino (Figura 14). A escolaridade (Figura 15) apurada é elevada, não sendo surpreendente visto tratar-se de uma amostra predominantemente jovem. De forma detalhada observamos que 44% são possuidores duma “Licenciatura”, 28,2% realizaram o “Ensino secundário”, 11,1% o “Ensino profissional”, 9,7% o “Mestrado”, 4,6% o “Ensino básico 3º ciclo”, 1,4% o “Ensino básico 1º ciclo” e por fim, o “Ensino básico 2º ciclo” e o “Doutoramento” apresentam 0,5%. Neste encadeamento para alcançar uma visão mais ampla do perfil do inquirido, pediu-se que assinalassem em que freguesia residiam. Das 13 freguesias existentes apenas duas não foram de todo assinaladas – “Rio de Couros” e “Espite”. A maior concentração dos respondentes reside na freguesia “N.ª Sr.ª das Misericórdias” (38,4%) e

em “Fátima” (34,3%). A freguesia “N.ª Sr.ª da Piedade” aloja 13% dos inquiridos. As restantes freguesias têm menos representação neste inquérito, são elas, por ordem decrescente “Atouguia” (4,6%), “Caxarias” (2,8%), “Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais” (2,3%), “Matas e Cercal” e “Gondemaria e Olival” ambas com 1,4%, “Alburitel” (0,9%) e por último “Urqueira e Seiça” ambas com uma representação de 0,5%.

Sobre a atividade profissional dos residentes podemos encontrar a tabela no Anexo K, onde constam as categorias profissionais dos residentes. Como a resposta para indicação da sua profissão era uma pergunta de resposta livre, os inquiridos poderiam escrever a sua profissão, isto acabou por revelar ser algo problemático, no sentido em que cada pessoa poderia escrever a mesma profissão, mas dita de outra forma o que tornou a sua análise mais exaustiva. Para analisar de forma mais organizada a análise acabei por dividir as respostas pelas diferentes categorias existentes, seguindo o quadro de análise da classificação portuguesa das profissões (INE, 2011). Segunda esta classificação existe um grande grupo que apresenta as posições existentes, são elas (1) “Profissões das Forças Armadas”; (2) “Representantes do Poder Legislativo e de Órgãos Executivos, Dirigentes, Directores e Gestores Executivos”; (3) “Especialistas das Actividades Intelectuais e Científicas Técnicas; (4) Profissões de Nível Intermédio”; (5) “Pessoal Administrativo”; (6) “Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Proteção e Segurança e Vendedores”; (7) “Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, da Pesca e da Floresta”; (8) “Trabalhadores Qualificados da Indústria, Construção e Artífices”; (9) “Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem”; (10) “Trabalhadores Não Qualificados”. No caso deste questionário, decidi também introduzir a categoria (11) “Estudante” como atividade. Foram obtidas 216 respostas, sendo que uma delas foi deixada em branco, pelo que no quadro se apresentam 215 inquiridos.

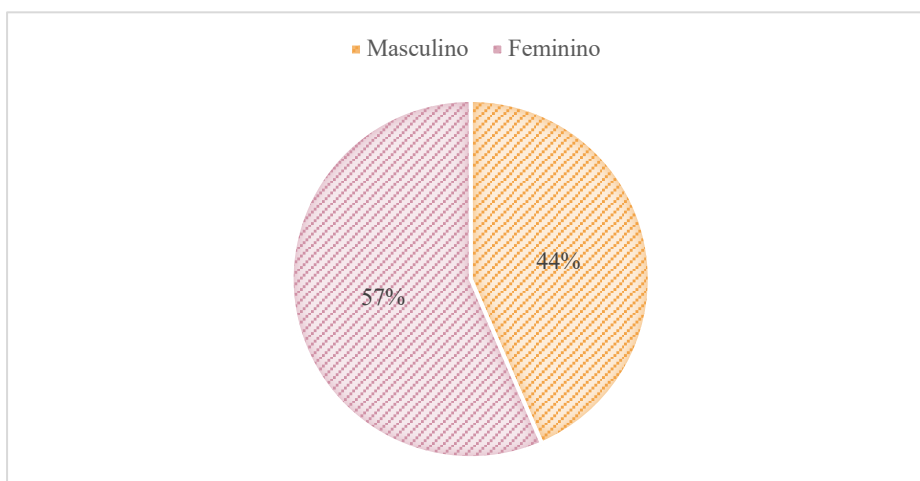


Figura 12 - "Género"

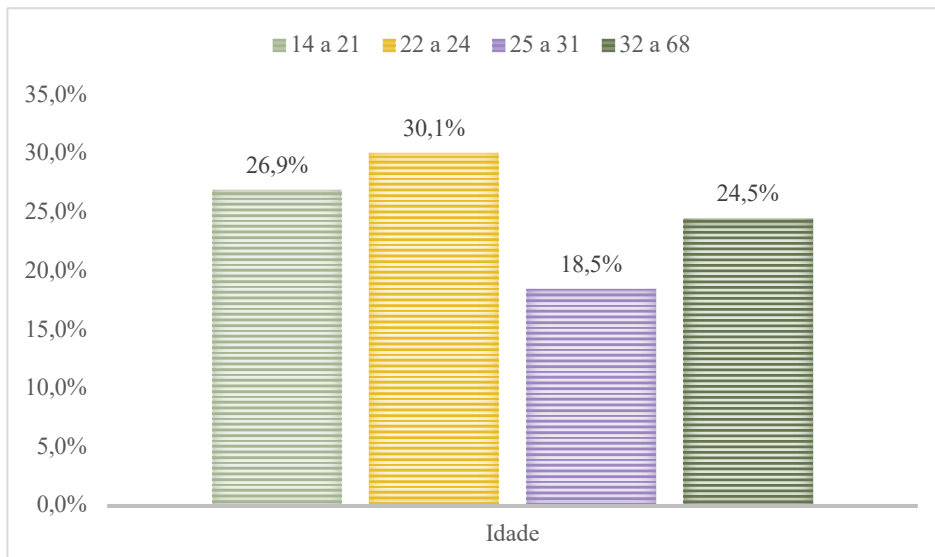


Figura 13 - "Idade"

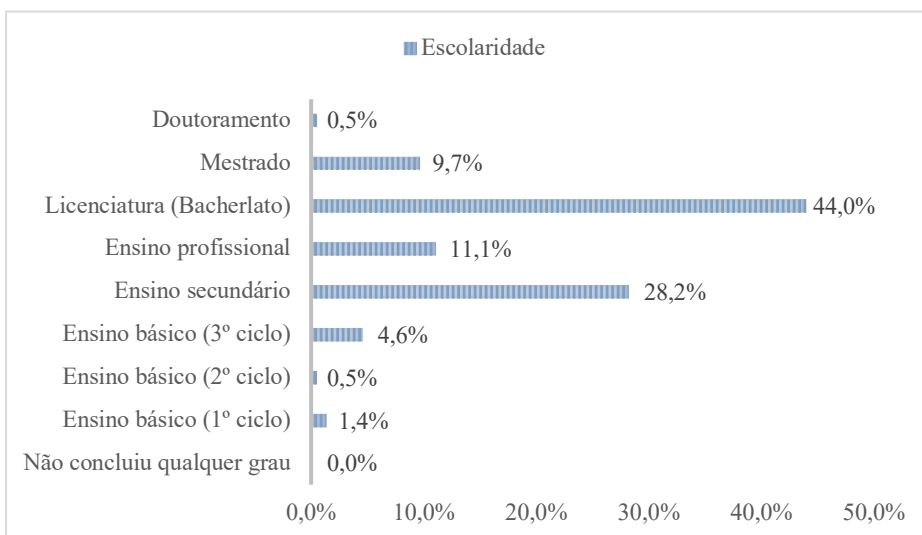


Figura 14 - "Escolaridade"

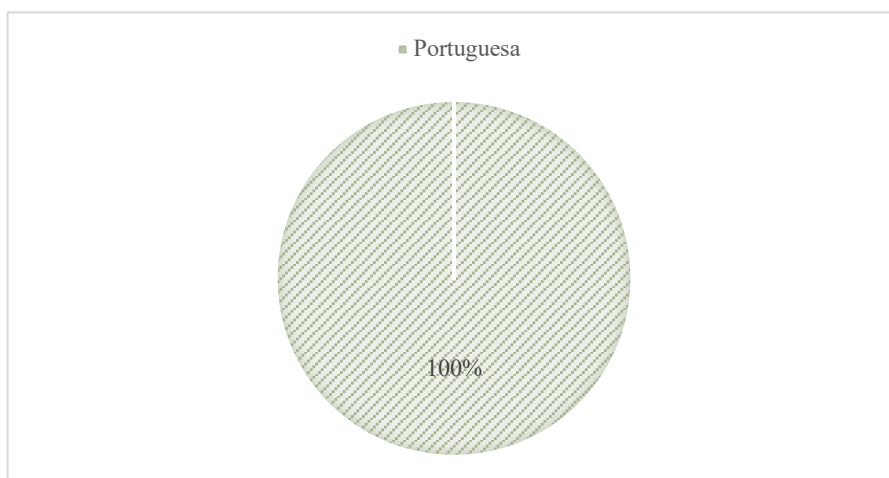


Figura 15 - "Nacionalidade"

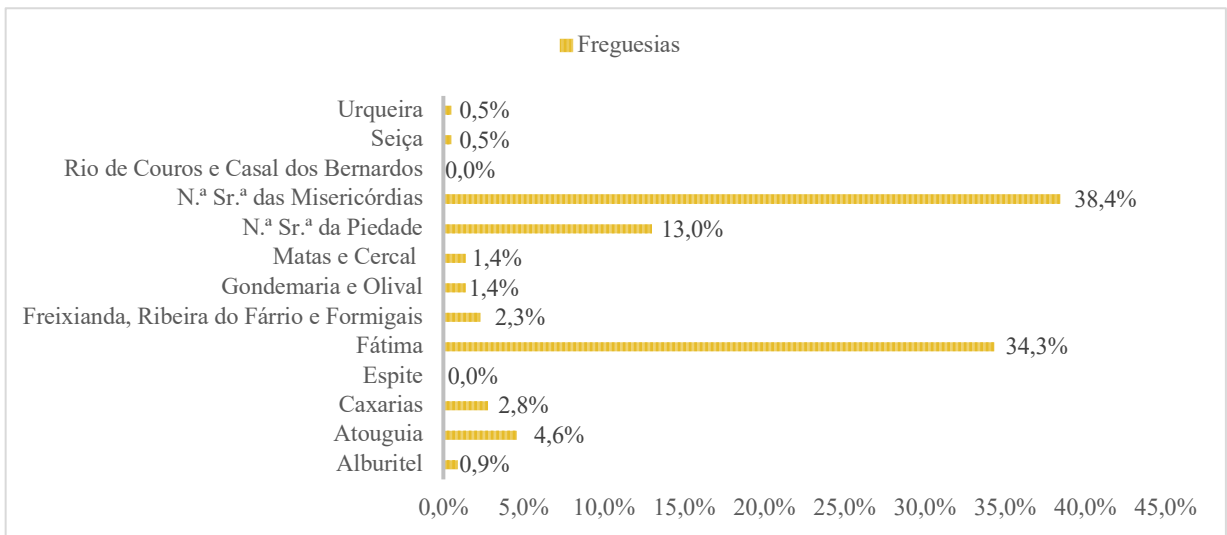


Figura 16 - "Selecione a freguesia do concelho de Ourém onde reside:"

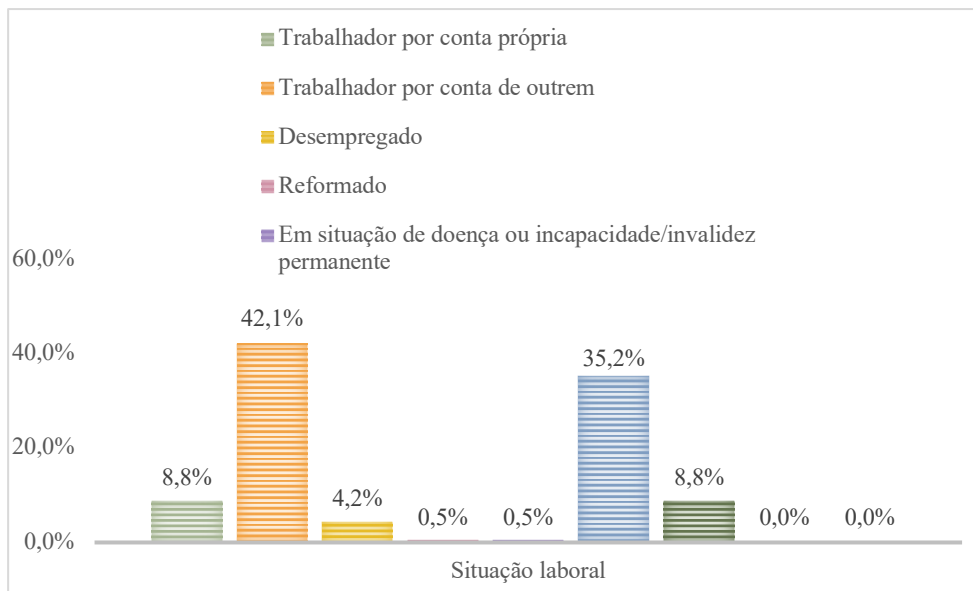


Figura 17 - "Qual é atualmente a sua situação laboral?"

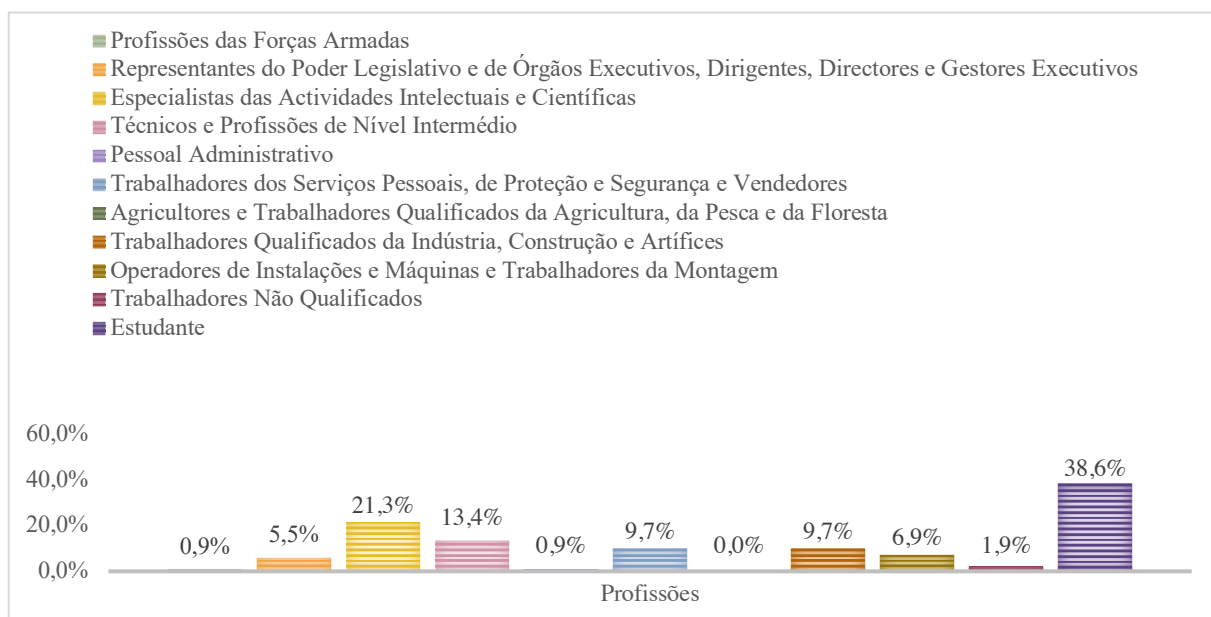


Figura 18 - "Profissões"

Conclusões

Durante a análise deste estudo encontraram-se algumas limitações, na medida em que os dados de um concelho mais pequeno por vezes, são mais difíceis de aceder por não haver tantos documentos relativos a estes. Todas as estatísticas encontradas foram através de pesquisa de estatísticas gerais em portais como a Pordata. No entanto, estatísticas específicas, a nível cultural, como espetadores por ano em certas salas ou eventos realizados durante o ano, tornaram-se mais difíceis de encontrar por não haver consulta pública. Outro dos entraves analisados é o facto de analisar uma amostra que acaba por não ter muita diversidade por serem poucos os inquiridos, pelo que apesar de refletir por exemplo, o que uma parte da camada predominantemente jovem de Ourém sente, não permite traçar um perfil mais profundo do cidadão ourensense. A pesquisa neste campo ainda pode ser melhor analisada através de um estudo mais específico e rigoroso em certos aspetos de forma a compreender qual a melhor estratégia para a proliferação cultural em zonas rurais e como se podem formar novos públicos culturais.

Depois da realização da pesquisa, através não só de uma revisão bibliográfica, mas também de um mapeamento cultural do concelho de Ourém e de um inquérito por questionário à população, chegou-se a várias conclusões. Em primeiro lugar, pudemos observar que Ourém apresenta uma população em idade ativa, com um índice de escolaridade médio e que é possuidora de bastantes equipamentos culturais e agentes coletivos. Neste sentido, constatamos que a adesão a atividades culturais, no caso de Ourém, não corresponde a um estatuto socioeconómico frágil, mas sim à falta de maior diversidade de programação cultural e da fraca aposta em despesas culturais por parte do município, embora se tenha comprovado que sofreu uma grande evolução ao longo dos anos, trazendo cada vez mais dinamização para o concelho. A perceção dos ourensenses sobre a oferta cultural, no entanto, segundo os dados analisados, continua pouco satisfatória. Embora este meio rural esteja dinamizado, é necessária uma maior aposta de descentralização de oferta cultural por parte do governo central para que as câmaras municipais possam programar com base uma estratégia cultural assente

na participação cultural e na formação de novos públicos. É possível concluir que embora ainda haja um longo caminho a percorrer, começa a assistir-se a uma maior preocupação dos públicos em relação à dinamização de atividades culturais e à participação nas mesmas (Lourenço, 2008:3).

Um dos aspetos a salientar é o facto das redes sociais *online* e o *networking* serem aliados fundamentais à promoção de cultura, à proliferação de atividades e à maneira como se interligam tão favoravelmente com atividades que à partida pareciam inexequíveis de se interligar. Constatamos que as redes familiares e de amigos são um grande suporte de incentivo à adesão às atividades. Em análise, a crescente aposta em programas que liguem os meios rurais aos cidadãos têm provado ser benéficos para que uma maior parte da população tenha acesso à cultura, pelo que se conclui que a descentralização cultural é a chave para que esta dimensão cultural portuguesa seja aproveitada no seu todo. Por último, é possível através deste estudo comprovar que a perceção dos residentes face à oferta cultural existente não reflete a oferta disponibilizada, pois revelou-se que os ourenenses entendem que há pouca oferta e afirma estar insatisfeitos em relação à existente. No entanto, o que se verifica é a falta de diversificação de programas culturais e a pouca divulgação das que existem.

Fontes

Legislação:

Capítulo I, Artigo 235.o, da Constituição da República Portuguesa, VIII Revisão Constitucional, 2005.
Disponível em <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Diário da República (Assembleia da República). (2018) Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto [1.ª série- N.º 157 - 16 de agosto de 2018]. Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, Lisboa, Portugal.

Diário da República Eletrónico, Legislação Covid-19. Disponível em <https://dre.pt/legislacao-covid-19>

Diário da República n.º 157/2018, Série I de 2018-08-16. Disponível em <https://dre.pt/home/-/dre/116068877/details/maximized>

Decreto-Lei n.º 73/1976, de 10 de abril (Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10).

Diário da República n.º 55/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-03-18. Disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/130399862/details/maximized>

Diário da República n.º 31/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-02-15. Disponível em <https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/157397604/details/maximized>

Documentos de Arquivo:

Secretariado da Assembleia Constituinte. (República Portuguesa). (1975, setembro, 3) Sessão nº40, em 2 de setembro: Número 41. Quarta-Feira, 3 de Setembro de 1975. Diário da assembleia constituinte, Lisboa, Portugal. Disponível em <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dac/01/01/01/041/1975-09-02/1153?q=sophia&pOffset=90&pPeriodo=r3&pPublicacao=dac>

Imprensa

Diário da República Portuguesa (2021), Estatuto dos Profissionais da Cultura. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=estatuto-dos-profissionais-da-cultura>

República Portuguesa, XXI Governo Constitucional. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/cultura/acerca>

Diário da República, Orientação nº 028/2020 de 28/05/2020 atualizada a 05 /08/202. Disponível em https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2021/08/Orientacao_028_2020_act_05_08_2021.pdf

Fontes Visuais

Eurostat (2021), EUROSTAT - CONSUMO E PIB PER CAPITA, Gabinete de Estratégia de Estudos. Disponível em <https://www.gee.gov.pt/en/daily-indicators/list-gee-daily-indicators/31356-eurostat-consumo-e-pib-per-capita-5>

Outras fontes de informação:

Orçamento de Estado (2020). Disponível em <https://www.oe2020.gov.pt/areas-governativas/cultura/>

Orçamento do Estado (2020), 12 - PROGRAMA ORÇAMENTAL DA CULTURA. Disponível em <https://url.gratis/ibOH1Q>

Relatório do Orçamento do Estado - (OE, 2019)
https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679595842774f6a63334e7a637664326c756157357059326c6864476c3259584d7657456c574c33526c6548527663793977634777314c56684a566c38794d6935775a47593d&fich=ppl5-XIV_22.pdf&Inline=true

República Portuguesa XXII Governo Constitucional. (2019). Relatório Orçamento do Estado 2020. Disponível em <https://cutt.ly/lEyXrEu>

Referências Bibliográficas

Arnold, M. (2006), *Culture and Anarchy*. New York, Oxford University Press.

Baker, S. (2013), Conceptualising the use of Facebook in ethnographic research: as tool, as data and as context. *Ethnography and Education*, 8 (2), 131-145.

Baltazar, M. S., Rego, C., Ramos, I. J., Freire, C., Dionísio, A., & Lucas, M. R. (2017). *Ligações e Percepções de Desenvolvimento Urbano-Rural em Portugal*. In Actas do IX Congresso Português de Sociologia, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia. ISBN: 978-989-97981-3-7
<https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/19884>

Bardin, L. (2011), *Análise de Conteúdo*, Edições 70, Lisboa.

Bell, D. & Jayne, M. (2010), The creative countryside: Policy and practice in the UK rural cultural economy. *Journal of Rural Studies*, 26, 209-218.

Brito Henriques, E. (2002), Novos Desafios e Orientações das Políticas Culturais: Tendências nas Democracias Desenvolvidas e Especificidades do Caso Português, *Revista Finisterra* (pp-61-80).

Burnett Tylor, E. (2016), *Primitive Culture*, New York: Dover Publications.

Carreiras, H. e Calado, A. (2020), *Descentralização e Reorganização do Estado*, Lisboa: Mundos Sociais.

Castells, M. (2013), *Communication Power*. Oxford University Press.

Conde, I. (1996), Cenários de práticas culturais em Portugal (1979-1995), *Sociologia, Problemas e Práticas*, 23, pp. 117-188.

Coomber, R. (1997), Using the Internet for Survey Research, *Sociological Research Online*, vol.2, no2, <https://www.socresonline.org.uk/2/2/2.html>

Craveiro, D., & Silva, J. R. (2011). *Oferta Cultural em Espaço Rural: Públicos do Festival BONS SONS'10*. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 21.

Elias, N. (1990), *O Processo Civilizador: Volume I – Uma História dos Costumes*, Rio de Janeiro: Zahar.

Gama, M. (2020), *Impactos da COVID-19 no setor cultural português: primeiros apontamentos de um estudo em curso*. In Martins, M., Rodrigues, E., A Universidade do Minho em tempos de pandemia: Tomo III: Projeções. UMinho Editora. DOI: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.25.9>

Garcia, José Luís, João Teixeira Lopes, José Soares Neves, Rui Telmo Gomes, Teresa Duarte Martinho e Vera Borges (Coord.) (2014), *Mapear os recursos, Levantamento da legislação, Caracterização dos atores, Comparação internacional*. Relatório Final, Lisboa, ICS-UL, FLUP-UP e CIES-IUL.

- Gomes, R. e Lourenço, V. (2009), *Democratização Cultural e Formação de Públicos: Inquérito aos “Serviços Educativos” em Portugal*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Gomes, Rui Telmo, Vanda Lourenço e Teresa Duarte Martinho (2006), *Entidades Culturais e Artísticas em Portugal*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- INE (2011). *Classificação Portuguesa das Profissões 2010*. Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística (2016). *Conta Satélite Cultura – 2010-2012 Notas metodológicas*, Lisboa. Consultado maio 2021, disponível em <http://polobs.pt/wp-content/uploads/2019/09/Notas-Metodol%C3%B3gicas-CS-Cultura.pdf>
- Instituto Nacional de Estatística (2020). *Estatísticas Demográficas: 2019*, Lisboa: INE, 2020. Disponível em [url:https://www.ine.pt/xurl/pub/71882686](https://www.ine.pt/xurl/pub/71882686)
- José Luís Garcia, João Teixeira Lopes, Teresa Duarte Martinho, José Soares Neves, Rui Telmo Gomes & Vera Borges (2016): Mapping cultural policy in Portugal: From incentives to crisis, *International Journal of Cultural Policy*, DOI: 10.1080/10286632.2016.1248950
- Konstanteli, K, Voulodimos, A, Palaiokrassas, G, Psychas, K, Crowle, S, Osborne, D. S, Chatzi, E e Varvarigou, T. (2015), *Applications of Social Media and Social Network Analysis*, Springer International Publishing, Switzerland. DOI 10.1007/978-3-319-19003-7_11
- Lipovetsky, G. & Serroy, J (2014), *A Cultura-Mundo: Resposta a uma sociedade desorientada*, Lisboa: Edições 70.
- Lopes, J. T. (2009), *Da democratização da Cultura a um conceito e prática alternativos de Democracia Cultural*, Porto: Cadernos de Estudo, 14, 1-13.
- Lopes, J. T. & Albéo, B. (2004), *Os públicos da cultura de Santa Maria da Feira - resultados preliminares de uma pesquisa*. V Congresso Português de Sociologia (pp. 45-54), Braga: Universidade do Minho.
- Lourenço, V. M. S. (2008), *Sentido(s) do conceito de democratização cultural: A formação de públicos para a cultura*. Dissertação de Mestrado, ISCTE, Lisboa, Portugal.
- Mahon, M., McGrath, B., & Ó Laoire, L. (2018), *The transformative potential of the arts and culture in sustaining rural futures*, *Journal of Rural Studies*, 63, 214–216.
- Martinho, T. D. (2016), «Em linha com a União Europeia? O digital na política para a cultura em Portugal». In *Cultura e Digital em Portugal*, org. Teresa Duarte Martinho, João Teixeira Lopes e José Luís Garcia. Porto: Afrontamento. 51-71.
- Matarasso, F. & Landry, C. (1999), *Balancing act: twenty-one strategic dilemmas in cultural policy*, Belgium: Council of Europe Publishing.
- Matoso, R. (2008), *Públicos da cultura – o lugar dos estranhos*, Instituto Politécnico de Lisboa.
- Melo, A. (2012), *Sistema da Arte Contemporânea*, Lisboa: Documenta.
- Neves, J. S. (2021), *Práticas Culturais dos portugueses (2): espetáculos ao vivo*, OAC - Folha OBS, Lisboa.
- Neves, J. S. (2021). *Cultura. O estado da nação e as Políticas Públicas: Governar em Estado de Emergência*. (pp. 23-28). (1ª ed., pp. 25-30). IPPS. Disponível em <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/cultura/82678>
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.

- Santos, M. (2007), *Políticas Culturais no Espaço Iberoamericano*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. Disponível em: <https://www.opac.cies.iscte-iul.pt/>
- Santos, M., Lima, M. & Neves, J. (2005), *Cartografia cultural do concelho de Cascais*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Saramago, J. (2013), *Michel Giacometti, Blimunda*, (Online), No9 Fundação José Saramago.
- Setton, M. (2002), A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea, *Revista Brasileira de Educação*, 20, 60-154.
- Silva, D., Figueiredo, E., Eusébio, C., & Carneiro, M. (2016), *The countryside is worth a thousand words – Portuguese representations on rural areas*, *Journal of Rural Studies*, 44, 77–88.
- Tavares, A. F, Sousa, L. et al (2018), *Qualidade da Governação Local em Portugal*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa. Disponível em <https://www.ffms.pt/FileDownload/1f52cf6c-65d6-4e65-811e-9e737e215dca/qualidade-da-governacao-local-em-portugal>
- Teles, F. (2021), *Descentralização e Poder Local em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Webster, F. (2004), *The Information Society Reader*, London: Routledge.
- Zhang, Y. (2000), *Using the Internet for Survey Research: A case of study*. *JOURNAL OF THE AMERICAN SOCIETY FOR INFORMATION SCIENCE*. School of Library and Information Science, Kent State University.

Webgrafia

- Agenda Cultural de Ourém (2019). Disponível em https://www.ourem.pt/wp-content/uploads/2019/03/Agenda-Cultural-de-Our%C3%A9m_Jan-Jun-2019.pdf
- Agenda Cultural de Ourém (2019). Issu, Disponível em https://issuu.com/municipiodeourem/docs/agenda_cultural_jul_dez_2019
- Câmara Municipal de Ourém, Medidas municipais de Contenção. Disponível em <https://www.ourem.pt/covid-19/medidas-municipais/>
- Lusa (2020), OE2021: Cultura representa 0,21% da despesa total consolidada da Administração Central, publicado 13 outubro 2020, consultado 10 agosto, 2021. Disponível em <https://www.lusa.pt/article/BxJJVdWjUnkSQKb6xZO7FzMSZM5iuSI1>
- Matoso, R. (2018), *A pobreza da cultura na época da sua descentralização*, Portugal: Academia.edu. Disponível em <https://cutt.ly/vRJSggo>
- MédioTejo (2021), Ourém - Inauguração das obras do Castelo adiada mas espaço reabre ao público na quarta-feira. Disponível em <https://www.mediotejo.net/ourem-inauguracao-das-obras-do-castelo-adiada-mas-espaco-reabre-ao-publico-na-quarta-feira/>
- PROGRAMA EUROPA CRIATIVA (UE). Disponível em <https://www.europacriativa.eu/europa-criativa-2021-2027/o-programa-europa-criativa/sobre-o-programa-europa-criativa>
- Público (2021), Plano Nacional das Artes aumentou número de escolas aderentes mesmo com pandemia, publicado 13 fevereiro, 2021, consultado 10 agosto, 2021. Disponível em

<https://www.publico.pt/2021/02/13/culturaipsilon/noticia/plano-nacional-artes-aumentou-numero-escolas-aderentes-pandemia-1950556>

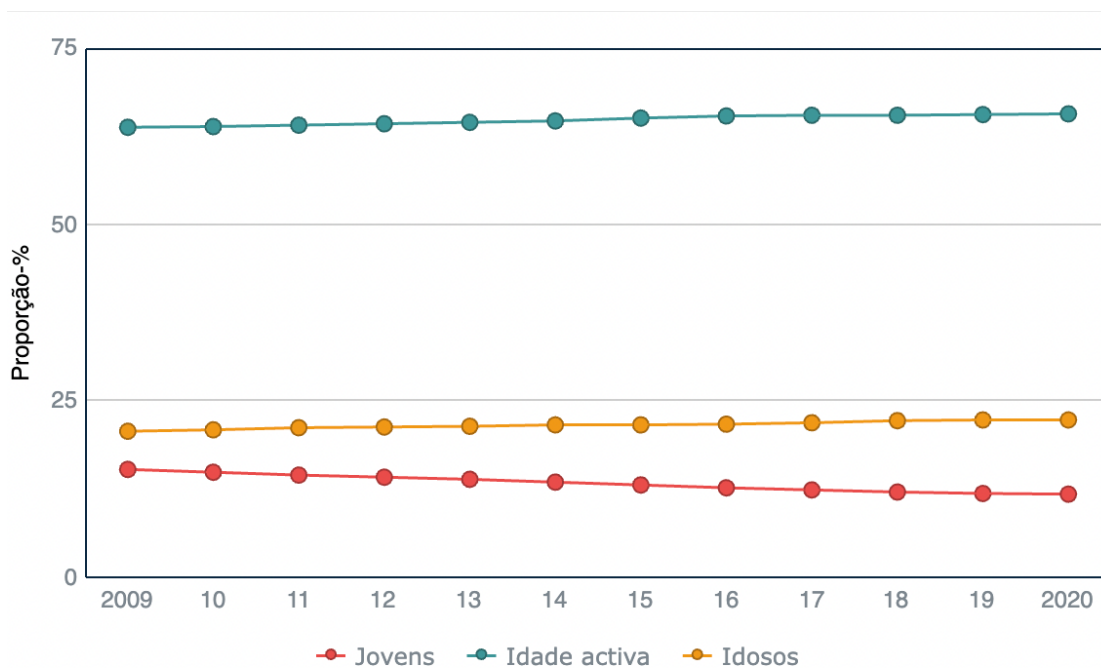
SPARSE (Supporting & Promoting Arts in Rural Settlements of Europe Take Art Limited). Disponível em <https://sparse.eu/en/the-project>

TSF (2021). Reabertura dos equipamentos culturais vai seguir as mesmas regras de 2020. Disponível em <https://www.tsf.pt/portugal/cultura/reabertura-dos-equipamentos-culturais-vai-seguir-as-mesmas-regras-de-2020-13501010.html>

Anexos

Anexo A

“População residente por grandes grupos etários (%)”



Fontes de dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente

Fonte: PORDATA

Anexo B

“População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado segundo os Censos (%)” Fonte: PORDATA, a partir de dados do INE (Consultado a 22.10.2021)

Sem nível de escolaridade	
2001	2011
24,0	15,1

Básico 1º ciclo	
2001	2011
31,6	28,6

Básico 2º ciclo	
2001	2011
15,3	13,0

Básico 3º ciclo	
2001	2011
14,1	18,4

Secundário	
2001	2011
9,9	14,2

Superior	
2001	2011
4,5	9,7

Anexo C

“Despesas das câmaras municipais em cultura e desporto em % total de despesas (2001-2019)”

Fonte: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

Territórios	Despesas em cultura e desporto em % do total de despesas	
	Anos +	
	2001	2019
— Médio Tejo	13,8	14,7
Abrantes	17,6	27,8
Alcanena	17,3	9,8
Constância	4,4	18,3
Entroncamento	13,8	16,7
Ferreira do Zêzere	8,6	8,9
Mação	3,6	9,9
Ourém	16,6	9,8
Sardoal	12,6	17,8
Sertã	9,2	16,1
Tomar	18,7	12,6
Torres Novas	8,2	17,2

Anexo D

“Despesas das câmaras municipais em cultura e desporto em % total de despesas (2013-2018)”

Fonte: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

Territórios						
Anos	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Alcanena	6,4	6,9	4,5	9,8	11,7	15,8
Constância	20,5	19,9	19,5	20,7	18,7	18,3
Entroncamento	9,0	7,4	11,9	11,3	11,6	15,9
Ferreira do Zêzere	4,3	5,0	7,4	8,0	6,6	9,8
Mação	7,6	8,5	10,4	15,4	9,4	13,1
Ourém	4,2	5,1	11,4	8,8	9,6	7,0
Sardoal	9,7	12,5	14,2	16,5	14,8	17,9
Sertã	9,6	13,3	13,0	15,4	12,1	14,6
Tomar	7,7	15,9	7,3	10,5	15,5	12,7
Torres Novas	5,5	7,3	12,9	14,8	16,7	19,3

Anexo E

“Despesas das câmaras municipais em cultura e desporto: total e por domínio cultural (2013-) (%)”

Fonte: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

Património cultural

2013	2019
6,6	17,0
Bibliotecas e arquivos	
2013	2019
10,4	5,2
Livros e publicações	
2013	2019
0,0	1,3
Artes visuais	
2013	2019
4,1	4,0
Artes do espectáculo	
2013	2019
6,1	30,2
Audiovisual e multimédia	
2013	2019
0,0	0,0
Actividades interdisciplinares	
2013	2019
8,5	8,9
Actividades desportivas	
2013	2019
58,0	32,2
Outras	
2013	2019
6,4	1,2

Anexo F

AGENDA CULTURAL OURÉM: janeiro - junho 2019

Evento	Localidade	Data	Domínio	Promotor	Observações	Fontes utilizadas
O Dominó da Escrita	Casa do Administrador, Ourém	04/jan	Livros e imprensa	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: 3º e 4º ano do 1º CEB e seniores; Gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Danças com Família	Casa do Administrador, Ourém	06/jan	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 3 aos 8 anos (acompanhados por adulto); 2,00€	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
[Desen]encontros de Linhas	Galeria Municipal, Ourém	11/jan a 17/mar	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Mini Yoga entre Livros	Biblioteca Municipal, Ourém	12/jan	Artes performativas; Livros e imprensa	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 3 aos 6 anos: 2,50€	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
A Grande Fábrica de Palavras	Biblioteca Municipal, Ourém	19/jan	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: maiores de 18 meses (acompanhados por adulto); Gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Danças com Livros	Biblioteca Municipal, Ourém	26/jan	Artes performativas; Livros e imprensa	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 3 aos 10 anos (acompanhados por adulto); 2,00€	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Danças Europeias	Casa do Administrador, Ourém	27/jan	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Impressões	Posto de Turismo, Fátima	01/fev a 24/mar	Artes visuais	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Mini Yoga entre Livros	Biblioteca Municipal, Ourém	02/jan	Artes performativas; Livros e imprensa	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 3 aos 6 anos: 2,50€	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Danças com Família	Casa do Administrador, Ourém	03/fev	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 3 aos 8 anos (acompanhados por adulto); 2,00€	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Adivinha quanto eu gosto de ti	Biblioteca Municipal, Ourém	09/fev	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: maiores de 18 meses (acompanhados por adulto); Gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019

Concurso Nacional de Leitura	Auditório do Edifício-Sede do Município de Ourém	11/fev e 13/fev	Livros e imprensa	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: 1.º, 2.º, 3.º ciclos do ensino básico e alunos do ensino secundário	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Biodiversidade Oureense	Casa do Administrador, Ourém	12/fev	Artes visuais	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 6 aos 25 anos; Gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Engenho da Alma	Auditório Cultural Paços do Concelho de Ourém	15/fev a 31/mar	Artes visuais	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Guia de Portugal	Casa do Administrador, Ourém	22/fev	Artes visuais	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Danças com Livros	Biblioteca Municipal, Ourém	23/fev	Artes performativas; Livros e imprensa	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 3 aos 10 anos (acompanhados por adulto); 2,00€	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Danças Europeias	Casa do Administrador, Ourém	24/fev	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Mini Yoga entre Livros	Biblioteca Municipal, Ourém	09/mar	Artes performativas; Livros e imprensa	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 3 aos 6 anos; 2,50€	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Danças com Família	Casa do Administrador, Ourém	10/mar	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 3 aos 8 anos (acompanhados por adulto); 2,00€	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
A extraordinária Casa da Melroeira	Casa do Administrador, Ourém	15/mar	Arquitetura	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
O Nabo Gigante	Biblioteca Municipal, Ourém	16/mar	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: maiores de 18 meses (acompanhados por adulto); Gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Porta com Porta	Cineteatro Municipal, Ourém	16/mar	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Para maiores de 16 anos; 10,00€	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Descobrir a Floresta	Casa do Administrador, Ourém	21/mar	Artes visuais	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 6 aos 25 anos; Gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Café com Letras	Cafés em Ourém	21/mar	Biblioteca	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Água Nossa de Cada Dia	Casa do Administrador, Ourém	22/mar	Artes visuais	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 6 aos 25 anos; Gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Danças com Livros	Biblioteca Municipal, Ourém	23/mar	Artes performativas; Livros e imprensa	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 3 aos 10 anos (acompanhados por adulto); 2,00€	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Danças Europeias	Casa do Administrador, Ourém	24/mar	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Dia Nacional dos Centros Históricos	Vila Medieval; Salão Nobre da Junta de Freguesia de N.ª Sr.ª	28/mar	Artes performativas; Artes visuais	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 6 aos 25 anos; Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019

	das Misericórdias; Galeria da Vila Medieval. Ourém					
Fátima	Posto de Turismo, Fátima	05/abr a 02/jun	Artes visuais	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
CenOurém XXI Festival de Teatro Amador	Cineteatro Municipal, Ourém	05/abr	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral; 2,50€ (reverte a favor do grupo de teatro)	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
X Férias Arqueológicas	Vila Medieval, Ourém	8/abr a 12/abr	Património cultural	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: até 14 anos; Gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Workshop de Dança	Casa do Administrador, Ourém	10/abr	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: maiores de 3 anos (acompanhados por adulto); 6,00€	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
CenOurém XXI Festival de Teatro Amador	Cineteatro Municipal, Ourém	11/abr e 12/abr	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral; 2,50€ (reverte a favor do grupo de teatro)	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Danças com Família	Casa do Administrador, Ourém	14/abr	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 3 aos 8 anos (acompanhados por adulto); 2,00€	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Semana Santa	Vila Medieval; Antiga Colegiada; Galeria da Vila Medieval. Ourém	16/abr a 21/abr	Artes performativas; Artes visuais	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
2.ª Festa do Livro	Auditório Cultural dos Paços do Concelho; Praça D. Maria II	24/abr a 28/abr	Artes performativas; Livros e imprensa	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
25 de Abril - 45 anos	Praça D. Maria II, Ourém	25/abr	Arquivos; Interdisciplinar	Câmara Municipal de Ourém	Sem informação	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Luz(es) de Ourém	Casa do Administrador, Ourém	03/mai	Interdisciplinar	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 6 aos 25 anos; Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
CenOurém XXI Festival de Teatro Amador	Cineteatro Municipal, Ourém	03/mai	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral; 2,50€ (reverte a favor do grupo de teatro)	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Mini Yoga entre Livros	Biblioteca Municipal, Ourém	04/mai	Artes performativas; Livros e imprensa	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 3 aos 6 anos; 2,50€	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Serra D'Aire, que idade tens tu?	Casa do Administrador, Ourém	07/mai	Interdisciplinar	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 6 aos 25 anos; Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Exposição de Artes	Paços do Concelho, Auditório Cultural, Ourém	10/mai a 10/jun	Artes visuais	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Conferências A Casa de Bragança em Ourém	Paços do Concelho, Auditório Cultural, Ourém	10/mai	Património cultural	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
CenOurém XXI Festival de Teatro Amador	Cineteatro Municipal, Ourém	17/mai	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral; 2,50€ (reverte a favor do grupo de teatro)	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019

A Horta do Senhor Lobo	Biblioteca Municipal, Ourém	18/mai	Artes performativas; Livros e imprensa	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 3 aos 8 anos; Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Dia Internacional e Noite Europeia dos Museus	Hospital de Santo Agostinho; Casa do Administrador. Ourém	18/mai e 19/mai	Património cultural	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito; Participantes: dos 6 aos 12 anos	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Biodiversidade Oureense	Casa do Administrador, Ourém	22/mai	Artes visuais	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 6 aos 25 anos; Gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
CenOurém XXI Festival de Teatro Amador	Cineteatro Municipal, Ourém	23/mai e 24/mai	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral; 2,50€ (reverte a favor do grupo de teatro)	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Serra D'Aire, que idade tens tu?	Casa do Administrador, Ourém	24/mai	Interdisciplinar	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 6 aos 25 anos; Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
(Con)Tributos	Biblioteca Municipal, Ourém	25/mai	Livros e imprensa	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Danças com Família	Casa do Administrador, Ourém	26/mai	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 3 aos 8 anos (acompanhados por adulto); 2,00€	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Danças Europeias	Casa do Administrador, Ourém	26/mai	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
CenOurém XXI Festival de Teatro Amador	Cineteatro Municipal, Ourém	31/mai	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral; 2,50€ (reverte a favor do grupo de teatro)	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Mini Yoga entre Livros	Biblioteca Municipal, Ourém	01/jun	Artes performativas; Livros e imprensa	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 3 aos 6 anos; 2,50€	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Danças com Família	Casa do Administrador, Ourém	02/jun	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 3 aos 8 anos (acompanhados por adulto); 2,00€	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Agroal Selvagem: Retrato Natural de uma Nascente Cársica	Parque Natureza do Agroal	02/jun	Património cultural	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Aquém e Além Mar	Posto de Turismo, Fátima	14/jun a 11/ago	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Feirourém 2019	Centro Municipal de Exposições; Parque da Cidade António Teixeira. Ourém	14/jun a 20/jun	Artes performativas; Artes visuais	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
A Ovelhinha que veio para Jantar	Biblioteca Municipal, Ourém	15/jun	Artes performativas	Câmara Municipal de Ourém	Participantes: dos 3 aos 8 anos (acompanhados por adulto); Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Nuno, o Homem e o Santo	Paços do Concelho, Auditório Cultural, Ourém	24/jun a 11/ago	Artes visuais	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019

Encontro com o escritor Richard Zimler	Paços do Concelho, Auditório Cultural, Ourém	26/jun	Livros e imprensa	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Danças Europeias	Casa do Administrador, Ourém	30/jun	Artes performativas; Arquivos	Câmara Municipal de Ourém	Acesso geral e gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Nos Bastidores do Museu	Casa do Administrador, Ourém	5. ^a Feiras	Artes visuais	Câmara Municipal de Ourém	1º Ciclo do Ensino Básico, também para adultos, seniores e famílias; gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019
Uma Caixa... Muitas Histórias"	Biblioteca Municipal, Ourém	3. ^a Feiras	Livros e imprensa	Câmara Municipal de Ourém	Alunos do pré-escolar. Gratuito	Agenda Cultural de Ourém: Jan-Jun-2019

Anexo G

Equipamento culturais e não culturais	Localidade	Situação	Ano inauguração	Estatística	Sócios
Centro de Dia da Associação Cultural e Recreativa de Alburitel	Alburitel	Aberto	N/A	N/A	N/A
		Aberto			
Centro Recreativo e Cultural S.Gens	Atouguia	Aberto	Fevereiro de 1977	N/A	N/A
Centro Social e Paroquial da Freguesia de Atouguia	Atouguia	Aberto	N/A	N/A	N/A
Oficina de Artes do Vale da Perra	Atouguia	Aberto	2011	Cerca de 50 pessoas por evento	N/A
		Aberto			
Centro de Cultura e Desporto de Caxarias	Caxarias	Aberto	Novembro de 1980	N/A	N/A
		Aberto			
Centro Social Paroquial S. João Baptista	Espite	Aberto	N/A	N/A	N/A
		Aberto			
Apaje Fátima	Fátima	Aberto	N/A	N/A	N/A
Associação Centro de Dia da Freguesia de Fátima	Fátima	Aberto	N/A	N/A	N/A
Auditório do Centro Pastoral Paulo VI	Fátima	Aberto	N/A	N/A	N/A
Casa da Criança - Centro de Assistência Social de Fátima	Fátima	Aberto	N/A	N/A	N/A
Casa das Candeias	Fátima	Aberto	N/A	N/A	N/A
Casa Museu de Aljustrel	Fátima	Aberto	N/A	N/A	N/A
Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios da Serra de Aire	Fátima	Aberto	N/A	N/A	N/A
Museu de Arte Sacra e Etnologia	Fátima	Aberto	N/A	N/A	N/A
Museu de Cera de Fátima	Fátima	Aberto	N/A	N/A	N/A
Fundação Obra Nossa Senhora da Purificação	Fátima	Aberto	N/A	N/A	N/A
Museu do Azeite	Fátima	Aberto	N/A	N/A	N/A
Museu o Milagre de Fátima	Fátima	Aberto	N/A	N/A	N/A
		Aberto			
Centro Social e Paroquial da Freixianda	Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	Aberto	N/A	N/A	N/A
Centro Social de Ribeira do Fárrio	Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	Aberto	N/A	N/A	N/A
Mercado do Peixe	Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	Aberto	N/A	N/A	N/A

Parque Natureza do Agroal	Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	Aberto	2010	Cerca de 50 pessoas por evento	N/A
		Aberto			
Centro Cultural e Recreativo do Olival	Gondemaria e Olival	Aberto	Julho de 1975	N/A	Total de sócios: 1121
Centro de Apoio Social do Olival	Gondemaria e Olival	Aberto	N/A	N/A	N/A
Centro de Interpretação do Olival	Gondemaria e Olival	Aberto	N/A	N/A	N/A
		Aberto			
Centro Desportivo, Social e Cultural Cercal, Vales e Ninho	Matas e Cercal	Aberto	Maio de 1979 c/publicação no DR em Agosto de 1979	N/A	Total de sócios: 280
Centro Social de Matas	Matas e Cercal	Aberto	N/A	N/A	N/A
Grupo Desportivo e Cultural de Matas	Matas e Cercal	Aberto	Abril de 1981 c/publicação no DR em Julho de 1981	N/A	Total de sócios: 270
Arquivo Histórico Municipal (AMHO)	Nossa Sr. ^a . Da Piedade	Aberto	N/A	N/A	N/A
Biblioteca Municipal	Nossa Sr. ^a . Da Piedade	Aberto	1961	Cerca de 50 pessoas por evento	N/A
Casa do Administrador	Nossa Sr. ^a . Da Piedade	Aberto	2009	Cerca de 50 pessoas por evento	N/A
Castelo de Ourém	Nossa Sr. ^a . Da Piedade	Em reabilitação (2019) - Concluído em (2021)	1910	Cerca de 100 pessoas por evento	N/A
Centro de Documentação Joaquim Ribeiro;	Nossa Sr. ^a . Da Piedade	Aberto	2020	Cerca de 50 pessoas por evento	N/A
Centro recreativo e de Convívio das Louças	Nossa Sr. ^a . Da Piedade	Aberto	Agosto de 1984	N/A	N/A
Teatro Municipal de Ourém	Nossa Sr. ^a . Da Piedade	Em reabilitação (2019) - Concluído em (2021)	Setembro de 1988	Cerca de 400 pessoas por evento	N/A
Conservatório de Música de Ourém e Fátima	Nossa Sr. ^a . Da Piedade	Aberto	Outubro de 2004 c/publicação no DR em Outubro de 2006	N/A	Total de sócios: 1150
Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida	Nossa Sr. ^a . Da Piedade	Aberto	N/A	N/A	N/A
Galeria da Vila Medieval	Nossa Sr. ^a . Da Piedade	Aberto	2009	Cerca de 50 pessoas por evento	N/A
Museu Municipal	Nossa Sr. ^a . Da Piedade	Aberto	N/A	N/A	N/A
Oficina do Património	Nossa Sr. ^a . Da Piedade	Aberto	N/A	N/A	N/A
Ourearte - Escola de Música e Artes de Ourém	Nossa Sr. ^a . Da Piedade	Aberto	Julho de 2003 c/publicação no DR em Janeiro de 2006	N/A	N/A
Sociedade de São Vicente Paulo	Nossa Sr. ^a . Da Piedade	Aberto	N/A	N/A	N/A
Vila Medieval	Nossa Sr. ^a . Da Piedade	Aberto	N/A	N/A	N/A

		Aberto			
Biblioteca Cultural Vilarense	N.ª Sr.ª das Misericórdias	Aberto	N/A	N/A	N/A
Centro de Actividades de Tempos Livres "O Pimpolho"	N.ª Sr.ª das Misericórdias	Aberto	N/A	N/A	N/A
Centro de Bem-Estar de Bairro	N.ª Sr.ª das Misericórdias	Aberto	N/A	N/A	N/A
Centro de Cultura e Recreio do Caneiro	N.ª Sr.ª das Misericórdias	Aberto	Dezembro de 1986 c/publicação em Fevereiro de 1995	N/A	Total de sócios: 136
Centro Social do Espírito Santo	N.ª Sr.ª das Misericórdias	Aberto	N/A	N/A	N/A
		Aberto			
Centro Cultural e Recreativo de Rio de Couros	Rio de Couros e Casal dos Bernardos	Aberto	Junho de 1976 c/publicação em Março de 1987	N/A	Total de sócios: 274
Centro Social Paroquial de Rio de Couros	Rio de Couros e Casal dos Bernardos	Aberto	N/A	N/A	N/A
		Aberto			
Casa Museu de Seiça	Seiça	Aberto	N/A	N/A	N/A
Centro Cultural e Recreativo Pêras Ruivas	Seiça	Aberto	Julho de 1979 c/ publicação em Outubro de 2006	N/A	Total de sócios: 312

Anexo H

“Freguesias do Concelho de Ourém”

Freguesias – Concelho de Ourém

Freguesia	Área total	População Residente ¹⁵	Ocupação Humana	Ocupação Florestal	Ocupação Agrícola
Alburitel	11,5 km	1 064	6%	32%	20%
Atouguia	19,5 km	2 091	12%	36%	25%
Caxarias	18.2 km	2 135	11%	57%	20%
Espite	19.7 km	985	9%	50%	26%
Fátima	71.29 km	13 224	13%	36%	7%
Freixianda, Ribeira de Fárrio e Formigais	63.3 km	3 233	5%	58%	18%
Gondemaria e Olival	30.1 km	2 737	13%	40%	34%
Matas e Cercal	20.9 km	1 618	8%	66%	20%
Nossa Senhora da Piedade	20.7 km	7 258	18%	30%	33%
Nossa Senhora das Misericórdias	40.6 km	4 651	11%	40%	17%
Rio de Couros e Casal dos Bernardos	44 km	2 294	7%	65%	22%
Seiça	24.6 km	1 883	6%	44%	44%

¹⁵ Censos 2021

Urqueira	31.28 km	1 403	7%	67%	14%
-----------------	----------	-------	----	-----	-----

Anexo I

Agentes culturais Coletivos	Tipo	Ano fundação	Localidade	Número de elementos	Observações
ACRA - Associação Cultural e Recreativa de Alburitel	Associação de cariz cultural, recreativo e social	Novembro de 1980 c/publicação no DR em Outubro de 2000	Alburitel	Total de sócios: 528 (em 2011)	Instalações próprias
ACURETO - Associação Cultural e Recreativa de Toucinhos	Associação de cariz cultural e recreativo	Maio de 1981	Alburitel	Total de sócios: 100	Instalações próprias
Grupo Motard Por Acaso	Associação de cariz recreativo	Novembro de 2005 c/publicação no DR em Fevereiro de 2006	Alburitel	Total de sócios: 106	Instalações cedidas
ARCA - Associação Recreativa e Cultural Atouguiense	Associação de cariz cultural e recreativo	Junho de 1991 c/ publicação no DR em Agosto de 1991	Atouguia	Total de sócios: 120	Instalações próprias
Associação Natureza Acção e Coordenação de Eventos Radicais	Associação de cariz desportivo	N/A	Atouguia	N/A	N/A
Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Fontainhas da Serra	Associação de cariz cultural, recreativo e desportivo	Junho de 1991 c/publicação no DR em Agosto de 1991	Atouguia	N/A	N/A
CNE Agrupamento 1078	Agrupamento de escuteiros	Junho de 1992	Caxarias	Total de sócios: 76	Instalações cedidas
Grupo Columbófilo Asas de Caxarias	Associação de cariz recreativo	Junho de 1996	Caxarias	N/A	N/A
Clube Desportivo de Espite	Associação de cariz cultural e recreativo	Setembro de 1981 c/publicação no DR em Setembro de 1981	Espite	Total de sócios: 220	Instalações cedidas
Espite Aventura - Associação do Conhecimento de Espite	Associação de cariz cultural, recreativo e desportivo	N/A	Espite	N/A	N/A
Academia de Esfagutados	Associação de cariz cultural	Abril de 2007 c/publicação no DR em Agosto de 2007	Fátima	Total de sócios: 138 (em 2010)	Instalações cedidas

Acrobatikdays - Clube Ginástica de Fátima	Associação de cariz desportivo	Agosto de 2014	Fátima	Total de sócios: 40	Instalações arrendadas
Anjos da Pedra - Fátima BTT Club	Associação de cariz desportivo e cultural	N/A	Fátima	Total de sócios: 24	Não tem
Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Moita Redonda	Associação de cariz cultural, recreativo e desportivo	Setembro de 1990	Fátima	Total de sócios: 150	Instalações próprias
Associação de Artistas e Artesãos de Fátima	Associação de cariz cultural	Novembro de 2010	Fátima	Total de sócios: 87 (em 2010)	Não tem
Associação Desportiva e Cultural de Alveijar	Associação de cariz desportivo e cultural	N/A	Fátima	N/A	N/A
Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Vasco da Gama	Associação de cariz desportivo, cultural e recreativo	Fevereiro de 1981	Fátima	Total de sócios: 672 (em 2012)	Instalações próprias
Associação Equestre Regional de Fátima	Associação de cariz desportivo/educativo	Junho de 1990	Fátima	Total de sócios: 47 (em 2011)	Instalações próprias
Associação Fátima Cultural (AFAC)	Associação de cariz cultural	Abril de 1994 c/publicação no DR em Março de 2009	Fátima	Total de sócios: 77 (em 2011)	Instalações cedidas
Associação Vórtice Dance	Associação de cariz cultural	Janeiro de 2007	Fátima	N/A	N/A
Casa do Povo de Fátima	Associação de cariz cultural	Março de 1970 c/publicação no DR em Março de 1998	Fátima	Total de sócios: 661	Instalações próprias
Centro Desportivo de Fátima	Associação de cariz desportivo	1996 c/publicação no DR em Abril de 2006	Fátima	Total de sócios: 1660	Instalações próprias e cedidas; Sede própria
CNE - Agrupamento 682	Agrupamento de escuteiros	N/A	Fátima	N/A	N/A
CVF - Clube de Veteranos de Fátima	N/A	N/A	Fátima	N/A	N/A
DIÓNIS - Teatro de Grupo, CRL	Associação de cariz cultural	N/A	Fátima	N/A	N/A
FET - Fátima Escola de Trialto	Associação de cariz desportivo	Outubro de 2013	Fátima	Total de sócios: 52	N/A

GEF - Grupo de Escalada de Fátima	Associação de cariz desportivo	N/A	Fátima	N/A	N/A
Grupo de Atletismo de Fátima	Associação de cariz desportivo	Março de 1987 c/publicação no DR em Abril de 1984	Fátima	Total de sócios: 103	Instalações e sede cedidas
Grupo Desportivo e Cultural Eirapedrense	Associação de cariz desportivo e cultural	Janeiro de 1988	Fátima	Total de sócios: 643	Instalações próprias
Montamora Sport Club	Associação de cariz desportivo e cultural	Agosto de 1993 c/publicação no DR em Outubro de 1993	Fátima	Total de sócios: 160	Instalações próprias
OCUPAÇÃO - Associação Cultural	Associação de cariz cultural	N/A	Fátima	N/A	N/A
Vespingas - Vespa Clube de Fátima	Associação de cariz desportivo e cultural	N/A	Fátima	N/A	N/A
Associação Cicloturismo Bestomantaha	Associação de cariz cultural, recreativo e desportivo	Novembor de 1996 c/publicação no DR em Fevereiro de 1987	Freixianda, Ribeira de Fárrio e Formigais	N/A	N/A
Associação Cultural e Recreativa do Vale do Pêso	Associação de cariz cultural e recreativo	Março de 1983 c/publicação no DR em Junho de 1983	Freixianda, Ribeira de Fárrio e Formigais	Total de sócios: 234	Instalações próprias
Associação Cultural e Recreativa Vale do Nabão	Associação de cariz cultural e recreativo	Agosto de 1980 c/publicação no DR em Setembro de 1980	Freixianda, Ribeira de Fárrio e Formigais	Total de sócios: 400	Instalações próprias
Associação Desportiva de Formigais	Associação de cariz cultural e recreativo	Agosto de 1986	Freixianda, Ribeira de Fárrio e Formigais	N/A	N/A
CNE Agrupamento 1263 Ribeira do Fárrio	Agrupamento de escuteiros	N/A	Freixianda, Ribeira de Fárrio e Formigais	N/A	N/A

GRUNDER - Grupo Desportivo da Ribeira do Fárrio	Associação de cariz desportivo e cultural	1977 c/ publicação no DR em Junho de 1982	Freixianda, Ribeira de Fárrio e Formigais	Total de sócios: 173	Instalações cedidas
Grupo Desportivo de Freixianda	Associação de cariz desportivo	1961	Freixianda, Ribeira de Fárrio e Formigais	N/A	Instalações próprias
Liga de Amigos da Secção de Bombeiros de Freixianda	Associação de cariz cultural, recreativo e desportivo	Mai de 1996 c/publicação no DR em Julho de 1996	Freixianda, Ribeira de Fárrio e Formigais	Total de sócios: 250	Instalações próprias
Rancho Folclórico "Os Camponeses"	Associação de cariz cultural	1990 c/publicação no DR em Dezembro de 1997	Freixianda, Ribeira de Fárrio e Formigais	Total de sócios: 27	Instalações cedidas
Agrupamento Escuteiros 1142	N/A	1999	Gondemaria e Olival	Total de sócios: 69	Instalações cedidas
APOLIVAL - Associação de Pais e EE da EB! E JI do Olival	Associação de cariz social, cultural/recreativo	N/A	Gondemaria e Olival	Total de sócios: 63	Instalações cedidas
ARCO - Associação Recreativa Cultural de Óbidos	Associação de cariz cultural e recreativo	N/A	Gondemaria e Olival	N/A	Instalações cedidas
Associação de Apoio à Reinserção e Desenvolvimento de Oportunidades - A.R.A.D.O.	N/A	N/A	Gondemaria e Olival	N/A	N/A
Comissão de Melhoramentos de Aldeia Nova	N/A	N/A	Gondemaria e Olival	N/A	N/A
OLIVALENCANTO - Associação Cultural	Associação de cariz cultural	Mai de 2007	Gondemaria e Olival	Total de sócios: 30	Instalações cedidas (Escola Antiga de Carcavelos de Cima)
P'ESCOLA - Associação Cultural Recreativa e Desportiva da Soutaria	Associação de cariz cultural e recreativo	N/A	Gondemaria e Olival	N/A	Instalações cedidas

Rancho Folclórico Moleiros da Ribeira	Associação de cariz cultural	1984	Gondemaria e Olival	N/A	Instalações próprias
União Desportiva da Gondemaria	Associação de cariz cultural, recreativo e desportivo	Maio de 1984 c/publicação no DR em Julho de 1984	Gondemaria e Olival	Total de sócios: 417 (em 2011)	Instalações próprias
Associação de Promoção da Freguesia do Cercal	Associação de cariz cultural, recreativo e desportivo	N/A	Matas e Cercal	N/A	Instalações cedidas
Associação Desportiva, Cultural e de Solidariedade Social do Lavradio	Associação de cariz desportivo	Julho de 2006 c/ publicação no DR em Novembro de 2006	Matas e Cercal	Total de sócios: 50	Instalações cedidas
AMBO - Academia de Música Banda de Ourém	Associação de cariz cultural	Outubro de 1930 c/publicação no DR em Agosto de 1987	N.ª Sr.ª da Piedade	Total de sócios: 468	Instalações próprias
Associação CASA VELHA - Ecologia e Espiritualidade	Associação de cariz cultural e recreativo	Setembro de 2012	N.ª Sr.ª da Piedade	N/A	Instalações cedidas
Associação Cultura e Desporto do Vale Travesso	Associação de cariz desportivo e cultural	Maio de 1979 c/publicação no DR em Julho de 1979	N.ª Sr.ª da Piedade	Total de sócios: 80	Instalações próprias
Associação Cultural Amigos da Farra	Associação de cariz cultural	Outubro de 2004 c/publicação no DR em Outubro de 2006	N.ª Sr.ª da Piedade	Total de sócios: 93	Instalações cedidas
Associação de Artistas e Artesãos Ourenses	Associação de cariz cultural	Dezembro de 1996 c/publicação no DR em Março de 1997	N.ª Sr.ª da Piedade	Total de sócios: 50	Instalações cedidas
Associação de Reformados e Pensionistas de Ourém	Associação de cariz recreativo	Julho de 2002 c/publicação no DR em Setembro de 2002	N.ª Sr.ª da Piedade	Total de sócios: 189	Instalações cedidas
Associação Desportiva e Cultural "Lírios do Campo" Pinheiro e Cabiçalva	Associação de cariz desportivo e cultural	1973 c/publicação no DR em Janeiro de 1979	N.ª Sr.ª da Piedade	Total de sócios: 30	Instalações cedidas
Associação do Bem Estar Cultural e Recreativa da Lourinhã e N.ª Sr.ª da Piedade	Associação de cariz cultural, recreativo e social	Abril de 1996	N.ª Sr.ª da Piedade	Total de sócios: 149	N/A

CACO - Clube Académico Conde de Ourém	Associação de cariz desportivo	Setembro de 2000	N.ª Sr.ª da Piedade	Total de sócios: alunos do desporto escolar	Instalações cedidas
CAO - Clube Atlético Ourense	Associação de cariz desportivo	Outubro de 1947 c/publicação no DR em Junho de 1949	N.ª Sr.ª da Piedade	Total de sócios: 851	Instalações cedidas/ Sede própria
CISNES E POETAS - Associação de Dança	Associação de cariz cultural e recreativo	Julho de 2017	N.ª Sr.ª da Piedade	N/A	Instalações próprias
CNE - Agrupamento 977 N.ª Sr.ª da Piedade	Agrupamento de escuteiros	Agosto de 1983	N.ª Sr.ª da Piedade	Total de sócios: 82	Instalações e sede cedidas
Juventude Ouriense	Associação de cariz desportivo	Agosto de 1952 c/publicação no DR em Outubro de 2003	N.ª Sr.ª da Piedade	Total de sócios: 2666	Instalações arrendada e cedidas / Sede própria
Moto Clube de Ourém	Associação de cariz recreativo	N/A	N.ª Sr.ª da Piedade	Total de sócios: 1150	Instalações arrendada e cedidas / Sede arrendada
NODE - Núcleo de Organização de Desportos Eletrónicos	Associação de cariz desportivo	Setembro de 2011	N.ª Sr.ª da Piedade	Total de sócios: 13	Instalações cedidas
Rancho Folclórico Danças e Cantares de Vale Travesso	N/A	N/A	N.ª Sr.ª da Piedade	N/A	N/A
União Desportiva do Pinheiro e Cabiçalva	Associação de cariz desportivo e cultural	1973 c/publicação no DR em Janeiro de 1979	N.ª Sr.ª da Piedade	Total de sócios: 394	Instalações próprias
União Desportiva e Cultural do Alqueidão	Associação de cariz cultural	Maiço de 1978	N.ª Sr.ª da Piedade	Total de sócios: 385	Instalações próprias
USO - Associação (Universidade) Sénior de Ourém	Associação	N/A	N.ª Sr.ª da Piedade	N/A	N/A
Vespourém - Clube Vespas de Ourém	Associação de cariz cultural e recreativo	Junho de 2004	N.ª Sr.ª da Piedade	Total de sócios: 98	Instalações cedidas
ACROM - Associação de Cultura e Recreio de Outeiro das Matas	Associação de cariz desportivo e cultural	Julho de 1982 c/publicação em Outubro de 1982	N.ª Sr.ª das Misericórdias	Total de sócios: 107	Instalações próprias

ADIV - Associação para a Defesa dos Interesses de Vilar dos Prazeres	Associação de cariz cultural	Novembro de 1999 c/publicação no DR em Fevereiro de 2000	N.ª Sr.ª das Misericórdias	Total de sócios: 755	N/A
Associação Cultural e recreativa de Vale do Porto	Associação de cariz cultural e recreativo	N/A	N.ª Sr.ª das Misericórdias	N/A	N/A
Associação Filarmónica 1º Dezembro Cultural e Artística Vilarense Reis Prazeres	Associação de cariz cultural	Abril de 1914 c/publicação no DR em Maio de 1981	N.ª Sr.ª das Misericórdias	Total de sócios: 245	Instalações cedidas
Associação Recreativa e Propaganda de Ourém	Associação de cariz cultural e recreativo	Julho de 1961	N.ª Sr.ª das Misericórdias	Total de sócios: 100	Instalações cedidas
Clube Desportivo Vilarense	Associação de cariz desportivo	Agosto de 1957	N.ª Sr.ª das Misericórdias	Total de sócios: 385	Instalações próprias
CNE Agrupamento 1356 N.ª S.ª das Misericórdias	Agrupamento de escuteiros	Julho de 1980 c/ publicação no DR em Outubro de 1980	N.ª Sr.ª das Misericórdias	Total de sócios: 120	Instalações cedidas
GRADACAL - Grupo Recreativo de Danças e Cantares Lagoense	Associação de cariz cultural	Abril de 1989	N.ª Sr.ª das Misericórdias	N/A	Instalações cedidas
Grupo Columbófilo Vilarense	Associação de cariz recreativo	N/A	N.ª Sr.ª das Misericórdias	N/A	N/A
Grupo Cultural Desportivo e Recreativo Bairrense	Associação de cariz desportivo e cultural	Maio de 1981 c/publicação no DR em Julho de 1981	N.ª Sr.ª das Misericórdias	Total de sócios: 396	Instalações próprias
Grupo Desportivo Sobralense	Associação de cariz desportivo, cultural e recreativo	Julho de 1972 c/publicação no DR em Fevereiro de 1981	N.ª Sr.ª das Misericórdias	Total de sócios: 210	Instalações próprias
Grupo Motard Mal Estimados	Associação de cariz cultural	N/A	N.ª Sr.ª das Misericórdias	N/A	N/A
Pias Longas Aero Club	Associação de cariz desportivo	Agosto de 1999	N.ª Sr.ª das Misericórdias	Total de sócios: 119	Instalações próprias

Sociedade Filarmónica Ouriense	Associação de cariz cultural	Abril de 1855	N.ª Sr.ª das Misericórdias	Total de sócios: 653 (em 2014)	Instalações próprias
União Columbófila Lagoa do Furadouro	Associação de cariz recreativo	Janeiro de 1997 c/publicação no DR em Março de 1997	N.ª Sr.ª das Misericórdias	Total de sócios: 16	Instalações cedidas
Associação Recreativa Bernandense	Associação de cariz cultural	Novembro de 1980 c/publicação no DR em Outubro de 1980	Rio de Couros e Casal dos Bernardos	N/A	Instalações cedidas
Glorymérito - Associação Desportiva e Cultural	Associação de cariz desportivo e cultural	N/A	Rio de Couros e Casal dos Bernardos	N/A	N/A
Grupo Desportivo Sandoeirense	Associação de cariz desportivo e cultural	Maio de 1980 c/publicação no DR em Julho de 1980	Rio de Couros e Casal dos Bernardos	Total de sócios: 500	Instalações próprias
MotoCub RioPirata - Clube Motard de Rio de Couros	Associação de cariz cultural	Fevereiro de 2007 c/publicação no DR em Junho de 2007	Rio de Couros e Casal dos Bernardos	Total de sócios: 27	Instalações próprias
PowerRadical Club Tunning	Associação de cariz desportivo	N/A	Rio de Couros e Casal dos Bernardos	N/A	N/A
Rancho Folclórico Verde Pinho	Associação de cariz cultural	Janeiro de 1994	Rio de Couros e Casal dos Bernardos	Total de sócios: 65	Instalações próprias
Vespomania - Associação de Vespistas da Sandoeira	Associação de cariz cultural	Junho de 2005	Rio de Couros e Casal dos Bernardos	Total de sócios: 67	N/A
ADIRE - Associação Dinamizadora Regional	Associação de cariz desportivo e cultural	Abril de 2000 c/ publicação no DR em Maio de 2000	Seiça	Total de sócios: 197	Instalações cedidas

Associação Recreativa e Cultural dos Coroados	Associação de cariz cultural	Outubro de 2003 c/publicação no DR em Outubro de 2006	Seiça	Total de sócios: 154	Instalações próprias
Associação Social e Cultural Fontainhas	Associação de cariz cultural	Abril de 2000 c/publicação no DR em Maio de 2000	Seiça	Total de sócios: 260	Instalações próprias
BTTCP - Associação Desportiva, Motorizada, Social, Cultural e Recreativa	Associação de cariz cultural, recreativo, social e desportivo	Junho de 2016	Seiça	N/A	Instalações cedidas
Grupo Desportivo e Cultural de Seiça	Associação de cariz desportivo e cultural	Abril de 1971 c/publicação em Março de 1976	Seiça	Total de sócios: 550	Instalações próprias
ACRU - Associação Cultural e Recreativa de Urqueira	Associação de cariz cultural	Julho de 1980 c/ publicação no DR em Outubro de 1980	Urqueira	Total de sócios: 270	Instalações cedidas
Associação Cultural e Recreativa Escola da Amieira	Associação de cariz cultural e recreativo	N/A	Urqueira	N/A	N/A

Anexo J

“Despesa das Câmaras Municipais em cultura e desporto: total e por domínio cultural (2013-) (%)”
Fonte: INE

Património cultural	
2013	2019
6,6	17,0
Bibliotecas e arquivos	
2013	2019
10,4	5,2
Livros e publicações	
2013	2019
0,0	1,3
Artes visuais	
2013	2019
4,1	4,0
Artes do espectáculo	
2013	2019
6,1	30,2
Audiovisual e multimédia	
2013	2019
0,0	0,0
Actividades interdisciplinares	
2013	2019
8,5	8,9
Actividades desportivas	
2013	2019
58,0	32,2
Outras	
2013	2019
6,4	1,2

Anexo K

Tabela 1 – Profissão dos respondentes no inquérito por questionário
 Legenda (M – Masculino; F – Feminino)

CATEGORIAS PROFISSÕES	PROFISSÕES DAS FORÇAS ARMADAS	REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO E DE ÓRGÃOS EXECUTIVOS, DIRIGENTES, DIRECTORES E GESTORES EXECUTIVOS	ESPECIALISTAS DAS ACTIVIDADES INTELECTUAIS E CIENTÍFICAS	TÉCNICOS E PROFISSÕES DE NÍVEL INTERMÉDIO	PESSOAL ADMINISTRATIVO	TRABALHADORES DOS SERVIÇOS PESSOAIS, DE PROTECÇÃO E SEGURANÇA E VENDEDORES	AGRICULTORES E TRABALHADORES QUALIFICADOS DA AGRICULTURA, DA PESCA E DA FLORESTA	TRABALHADORES QUALIFICADOS DA INDÚSTRIA, CONSTRUÇÃO E ARTÍFICES	OPERADORES DE INSTALAÇÕES E MÁQUINAS E TRABALHADORES DA MONTAGEM	TRABALHADORES NÃO QUALIFICADOS	ESTUDANTE
	Militar - 2 (F;M)	Gerente de loja – 2 (F) Gestor/a - 3 (F;M) Diretor secretariado – 1 (M) Empresário/a – 3 (2F;1M) Formadora – 2 (F) Responsável Departamento Técnico / Produção – 1 (M)	Analista de pricing (seguros) – 1 (M) Arquiteta – 2 (F) Artista de banda desenhada – 1 (M) Atriz – 1 (F) Engenheiro – 1 (M) Engenheiro alimentar – 1 (F) Engenheiro de informação – 1 (M) Engenheiro eletrotécnico – 1 (M)	Administrativo/a - 6 (F;M) Ajudante de lar - 2 (F); Agente imobiliária - 1 (F); Representante comercial - 2 (M); Técnica farmácia -1 (F) Chef de cozinha - 1 (F) Técnica de Software -1 (F)	Rececionista de hotel - 1 (M) Secretário -1 (M)	Empregado bar - 1 (M) Empregado de balcão - 3 (M;F) Empregado de mesa - 4 (M;F) Taberneiro -1 (M) Esteticista - 1 (F) Doméstica - 1(F) Operador supermercado - 1 (F) Operadora de caixa – (F) Gerente massagista de estética - 1 (F) Barbeiro - 1(M)		Construtor - 1(M) Canalizador - 2 (M) Carpinteiro – 2 (M) Serralheiro – 3(M) Marceneiro - 1 (M) Chapeiro - 1 (M) Condutor manobrador de máquinas - 1(M) Assistente operacional - 2 (F) Costureira - 1(F) Operária/o fabril – (F) Servente -1 (M)	Operadora máquina - 1 (F) Condutor manobrador de máquinas - 1(M) Assistente operacional - 2 (F)	Embalador - 1 (F)	Estudante - 83 (F;M)

			Engenheiro informático - 2 (F;M)	Técnico de audiovisuais – 1 (M)		Comerciante - 2 (M;F)					
			Engenheiro investigador - 1 (M)	Técnico de montagem-1 (M)		Cozinheiro - 1(M)					
			Enfermeira- 4 (F)	Técnico de vendas- 2 (M)		Empregada de loja - 2 (F)					
			Fisioterapeuta - 1 (F)	Técnicos recursos humanos-1 (F)							
			Nutricionista - 1 (F)								
			Pintora – 3 (F)	Assistente comercial - 1 (M)							
			Professor/a - 7 (F;M)								
			Programador – 2 (M)	Fotógrafo/a - 2 (F;M)							
				Osteopata - 1 (M)							
			Relações Públicas - 1 (F)	Psicomotricista - 1 (F)							
			Assistente social - 1 (F)	Publicitário - 1 (M)							
			Contabilista - 2 (F;M)	Chef de cozinha - 1 (F)							
			Designer gráfico - 1(M)	Personal Trainer -1 (M)							
			Designer - 1 (F)	Profissional de Serviços de Unidades Comerciais - 1 (F)							
			Designer e produção de publicidade - 1 (M)								
			Educadora de infância - 1(F)	Operador CNC - 1 (M)							

			Técnica de Software -1 (F) Solicitador/a - 2 (F) Terapeuta Ocupacional -2 (F) Consultor informático – 2 (M) Profissional de marketing - 1 (M)								
--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--

Anexo L

Inquérito por questionário

Proliferação cultural em zonas rurais portuguesas através de networking e redes sociais

Caro/Cara Participante,

O presente estudo foca-se nos hábitos culturais dos indivíduos residentes no concelho de Ourém. Este estudo, com a sua preciosa contribuição, procura investigar as perceções sobre a dimensão cultural das zonas rurais, bem como, o modo como as redes sociais, aliadas ao networking, poderão ser uma ferramenta útil na promoção de atividades culturais.

A investigação está inserida na dissertação do mestrado Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação do ISCTE-IUL. É realizada pela aluna Francisca Prazeres, orientada pelo Professor Doutor Tiago Lapa e pelo Professor Doutor José Soares Neves.

Todos os dados fornecidos serão confidenciais e a sua participação é voluntária. O preenchimento do inquérito tem a duração máxima de 10 minutos.

Caso exista alguma dúvida, poderá entrar em contacto através do seguinte email: fgps1@iscte.pt.

Muito obrigada!

*Obrigatório

1. Selecione as opções que para si representam uma “atividade cultural”. *
(Pode selecionar mais do que uma opção.)

Cinema

Exposições

Museus

Espectáculos de dança/ teatro

Concertos

Cerimónias religiosas

Conferências

Workshops

Eventos tradicionais (festival gastronómico, romarias, festas medievais, etc)

Outra(s)

2. Indique o motivo pelo qual participa ou já participou, neste tipo de atividades. *
(Pode selecionar mais do que uma opção.)

Entretenimento
Enriquecimento cultural
Influência de familiares, amigos ou conhecidos
Trabalho
Atividade académica
Outra: _____

3. No último ano (2019), participou em algum tipo de atividade cultural? *

Sim
(Avançar para a pergunta 4)

Não
(Avançar para a pergunta 5)

4. Em que tipo de atividades participou? *
(Pode selecionar mais do que uma opção.)

Cinema
Exposições
Museus
Espetáculos de dança / teatro
Concertos
Cerimónias religiosas
Conferências
Workshops
Eventos tradicionais (festival gastronómico, romarias, festas medievais, etc)
Outra(s)

(Avançar para a pergunta 6)

5. Qual o motivo pelo qual não participou? *
(Pode selecionar mais do que uma opção.)

Falta de interesse
Falta de recursos financeiros
Falta de tempo
As atividades tinham lugar numa localidade distante
Preferência em investir noutro tipo de atividade
Outra: _____

(Avançar para a pergunta 6)

6. Habitualmente, quando frequenta alguma "atividade cultural" costuma ir: *

Sozinho
Acompanhado

7. Indique de que forma se mantém informado(a) das atividades culturais do seu concelho de residência *(Pode selecionar mais do que uma opção.)

Jornal regional
Jornal nacional
Agenda cultural municipal
Facebook
Twitter
Instagram
Website do município do seu concelho de residência
“Passa-a-palavra”
Publicidade
Amigos
Familiares
Outra: _____

8. É utilizador de redes sociais? *

Sim
(Avançar para a pergunta 9)

Não
(Avançar para a pergunta 10)

9. Indique as redes sociais que costuma utilizar, bem como a sua frequência. * (Marcar apenas uma por linha.)

	Várias vezes ao dia	Diariamente	Semanalmente	Raramente	Nunca
Facebook					
Twitter					
Instagram					
WhatsApp					
YouTube					
LinkedIn					

10. Em que formato prefere informar-se sobre atividades culturais?? *

Formato papel
Formato digital (Internet, redes sociais, jornais online, etc)
Num ou noutro formato

11. Costuma deslocar-se para fora do seu concelho de residência para participar em atividades culturais? *

Sim

Não

12. Que atividades culturais gostaria que existissem no seu concelho de residência?

13. Avalie o seu grau de satisfação perante a oferta cultural do seu concelho de residência.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

Muito Satisfeito

Muito Insatisfeito

14. Idade * _____

15. Género

Masculino

Feminino

Outro

16. Escolaridade (grau mais elevado que concluiu) *

Não concluiu qualquer grau

Ensino básico (1º ciclo)

Ensino básico (2º ciclo)

Ensino básico (3º ciclo)

Ensino secundário

Ensino profissional

Licenciatura (Bachelato)

Mestrado

Doutoramento

17. Nacionalidade *

Portuguesa

Outra: _____

18. Selecione a freguesia do concelho de Ourém onde reside:

Alburitel

Atougua

Caxarias

Espite

Fátima

Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais

Gondemaria e Olival

Matas e Cercal

Nossa Senhora da Piedade
Nossa Senhora das Misericórdias
Rio de Couros e Casal dos Bernardos
Seiça
Urqueira

19. Profissão (Caso seja desempregado, aposentado ou reformado, indique a última profissão que exerceu) *

20. Qual é atualmente a sua situação laboral? *

Trabalhador por conta própria

Trabalhador por conta de outrem

Desempregado

Reformado

Em situação de doença ou incapacidade/invalidez permanente

Estudante

Trabalhador estudante

Doméstico

Outra: _____

Muito obrigada pela participação!